



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 093

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 31 DE AGOSTO DE 2010

ANO XXXV

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ERON ABOUD**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Caíto Quintana  
Líder da Oposição ..... Elio Rusch  
PMDB ..... Waldyr Pugliesi  
PSDB ..... Ademar Traiano  
Partido Democratas ..... Plauto Miró  
PT ..... Pedro Ivo  
PP ..... Duílio Genari  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício  
Bloco PSB/PRB/PV ..... Reni Pereira  
Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romaneli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 093**

### **93ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Mensagens ..... 03

Indicações ..... 09

Requerimentos ..... 11

Projetos de Lei ..... 13

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Ademar Traiano..... 14

Dep. Douglas Fabrício ..... 15

Dep. Chico Noroeste..... 17

Dep. Antonio Belinati ..... 18

Dep. Luiz Eduardo Cheida ..... 20

Dep. Rafael Greca..... 21

#### **Grande Expediente:**

Dep. Jocelito Canto..... 23

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício ..... 16

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Chico Noroeste..... 18

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 19

Liderança do Governo

Dep. Rafael Greca..... 22

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 26

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 27

Discussão/Votação

Redação Final ..... 27

3ª Discussão ..... 27

2ª Discussão ..... 29

1ª Discussão ..... 29

Requerimentos ..... 39

#### **Encerramento da Sessão ..... 39**

#### **Publicações:**

Presidência

Ato ..... 39

Diretoria Geral

Portaria DAT ..... 40

Atas de Comissões

Defesa do Consumidor..... 40

### **DIÁRIO Nº 093**

### **93ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
16ª LEGISLATURA  
ATA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
31 DE AGOSTO DE 2010**

(terça-feira)

### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Enio Verri e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da

Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Wilson Quinteiro (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Beti Pavin, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro, Neivo Beraldin, Pedro Ivo, Péricles de Mello e Waldyr Pugliesi (09)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Mensagens***

MENSAGEM Nº 078/10

Curitiba, em 16/08/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo, visando alcançar a capacitação e autonomia tecnológicas e o desenvolvimento econômico e social paranaense, nos termos dos artigos 200 a 205 da Constituição do Estado do Paraná.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado

JUSTIFICATIVA:

Com o propósito de alinhar o desenvolvimento brasileiro aos Países mais desenvolvidos, o Governo Federal vem implementando um processo acelerado de reestruturação e modernização do Sistema Nacional de CT&I. Este processo tem a finalidade de proporcionar aos atores públicos e privados maior segurança jurídica na alocação de recursos públicos, mobilização das competências

profissionais e otimização do uso da infraestrutura na execução de programas, projetos e ações geradores de inovações tecnológicas, socialmente mais justas e capazes de impulsionar um desenvolvimento sustentável.

Em 1985 foi criado o Ministério da C&T e a Constituição de 1988 prevê, em seu artigo 218, a destinação de recursos públicos para o fomento das atividades de CT&I em todo o território nacional. As constituições estaduais replicaram o dispositivo federal, foram instituídas secretarias estaduais de C&T, fundações estaduais de amparo à pesquisa e seus respectivos fóruns nacionais, modernizadas as entidades federais de fomento - CNPq, CAPES e FINEP, criados os Fundos Setoriais, secretarias municipais de C&T, promulgadas a Lei de Inovação (2004) e a Lei do Bem e lançado o PAC da CT&I 2007-2010. Mais recentemente, 14 Estados da Federação já aprovaram suas respectivas leis estaduais de inovação.

O PAC da CT&I 2007-2010 prioriza quatro dimensões estratégicas: a) expansão e consolidação do Sistema Nacional de CT&I; b) promoção da inovação tecnológica nas empresas; c) P&D em áreas estratégicas; d) C&T para o desenvolvimento social. Com bases nesta política, os Governos Federal e Estaduais, por meio das suas agências de fomento, contam com recursos orçamentários crescentes destinados a CT&I e estão propiciando a mobilização dos pesquisadores e o compartilhamento da utilização de infraestruturas de pesquisa.

Os programas de subvenção econômica operados pela FINEP, as bolsas concedidas pelo CNPq, CAPES e FAPs e a integração das políticas e planos de ação em CT&I dos Ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT), Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Educação (MEC) e Fazenda (MF)<sup>1</sup> são novos instrumentos e modelagens institucionais da política nacional.

Os novos instrumentos de fomento e os arcabouços jurídicos têm permitido aos pesquisadores e profissionais, do setor público e privado, desenvolverem produtos, processos e serviços inovadores em áreas estratégicas para o desenvolvimento sócio-econômico nacional indispensáveis para a inserção competitiva internacional das empresas brasileiras. Alguns exemplos desta prática são os projetos conjuntos realizados pelas universidades e institutos de pesquisa públicos em parceria com empresas, especialmente as instaladas em Incubadoras, Parques Tecnológicos e Arranjos Produtivos Locais, visando a solução de problemas tecnológicos nas áreas estratégicas de TIC, fármacos, biotecnologias, aeronáutica, biocombustíveis, etc, ou em setores de interesse do desenvolvimento regional.

1. Como exemplo, podemos citar: a) MDIC - Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP; b) MCT - Lei de Inovação; c) MEC - Políticas e diretrizes para a graduação, pós-graduação e ensino profissional; d) MF - Lei do Bem e Lei de Informática de Incentivo e Isenção Fiscal para CT&I.

Como os demais Estados, o Paraná acompanhou este processo criando a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (1987), a Fundação Araucária e o Fundo Paraná (1998) e ao longo da última década destinou recursos públicos prioritariamente para a modernização da infraestrutura de pesquisa das suas universidades, centros e institutos de pesquisa.

Visando tornar o Paraná um Estado avançado no fomento da CT&I e a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior - SETI coordenou a elaboração deste anteprojeto de lei, contando com a participação de representantes das comunidades científica, tecnológica e empresarial, das incubadoras tecnológicas, dos Núcleos de Inovação Tecnológica - NITs, das agências e banco de fomento estaduais, dos institutos de pesquisa públicos e privados, de técnicos, gestores e advogados públicos.

A presente medida possui três grandes finalidades:

a) adequar o marco regulatório de apoio e fomento à CT&I paranaense ao marco regulatório federal;

b) criar instrumentos jurídico-administrativos para a alocação de contrapartidas financeiras em projetos paranaenses financiados pelas agências federais de fomento em CT&I, alavancando dessa forma novos recursos para o Estado do Paraná;

c) dotar o Paraná de uma legislação específica, a exemplo de outros Estados da Federação, notadamente Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que permite a execução de projetos conjuntos e estratégicos para o desenvolvimento da Região Sul.

E como seus grandes objetivos, destacam-se:

a) permitir a mobilidade e regulamentar a participação de pesquisadores públicos em empreendimentos e projetos, públicos e privados, que visem o desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores;

b) criar condições jurídico-administrativas para que o Governo Estadual possa repassar recursos públicos, a título de Subvenção Econômica, às empresas inovadoras e de base tecnológica instaladas no Paraná, em especial, micros, pequenas e médias empresas;

c) permitir ao Estado e suas entidades, incentivar o processo de inovação nas empresas localizadas no Paraná, mediante o compartilhamento de recursos humanos, materiais e de infraestrutura, a concessão de apoio financeiro, de benefícios fiscais, subvenção econômica e participação societária e compras governamentais;

d) regulamentar os processos de transferência, licenciamento e exploração de tecnologias desenvolvidas nas ou com apoio das ICTs estaduais.

A aprovação da Lei Paranaense de Inovação representa um salto qualitativo na modernização do Sistema Estadual de CT&I, um arranjo institucional de cooperação dos diferentes atores públicos e privados, que passará a funcionar de forma mais equilibrada e harmônica, beneficiando o desenvolvimento sustentável de todo o Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e a consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

## ANTEPROJETO DE LEI

### Capítulo I

#### Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo, visando a alcançar a capacitação e autonomia tecnológicas e o desenvolvimento econômico e social paranaense, nos termos dos artigos 200 a 205 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos processos, produtos ou serviços;

II - Agência de Fomento: órgão ou entidade de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o fomento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;

III - Instituição Científica e Tecnológica do Estado do Paraná - ICTPR: órgão ou entidade da Administração Pública, Direta ou Indireta integrantes da estrutura pública estadual que tenham por missão institucional formar recursos humanos, executar atividades ligadas à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico e à extensão tecnológica;

IV - Instituição Científica e Tecnológica - ICT: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, instituição privada e outros entes públicos que tenham por missão institucional formar recursos humanos e executar atividades ligadas à pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, à inovação tecnológica e à extensão tecnológica em ambiente produtivo, localizadas no Estado do Paraná;

V - Empresa de Base Tecnológica - EBT: empresa legalmente constituída cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas, e nos quais a tecnologia representa alto valor agregado;

VI - Parques Tecnológicos - PqTs: são complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico que visam fomentar economias baseadas no conhecimento por meio da integração da pesquisa científica-tecnológica, negócios/empresas e organizações governamentais em um único local físico, e do suporte às interrelações entre estes grupos;

VII - Incubadora de Empresas: local especialmente criado para abrigar empresas oferecendo uma estrutura configurada para estimular, agilizar ou favorecer a transferência de resultados de pesquisa para atividades produtivas;

VIII - Núcleo de Inovação Tecnológica: núcleo ou órgão constituído por uma ou mais ICT, com a finalidade de gerir sua política de inovação;

IX - Instituição de Apoio: instituição criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico;

X - Criação: invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, programa de computador, topografia de circuito integrado, nova cultivar ou cultivar essencialmente derivada ou qualquer outro desenvolvimento tecnológico, obtidos por um ou mais criadores, que gere ou possa gerar novo processo, produto, serviço ou aperfeiçoamento incremental;

XI - Criador: pesquisador que seja inventor, obtentor ou autor de criação;

XII - Pesquisador público: ocupante de cargo ou emprego público de ICTPR que realize pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico e desenvolvimento tecnológico;

XIII - Inventor independente: pessoa física, não ocupante de cargo ou emprego público, que seja inventor, obtentor ou autor de criação;

XIV - Arranjo Produtivo Local: aglomerado de agentes econômicos, políticos e sociais que operam em atividades correlatas, localizados em um mesmo território e que apresentam vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem;

XV - Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação: conjunto de organizações institucionais e empresariais que, em dado território, interagem entre si e dispõem recursos para a realização de atividades orientadas à geração, difusão e aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos que proporcionem produtos, processos e serviços inovadores;

XVI - Micro e Pequena Empresa: definida conforme legislação estadual e federal vigentes.

## **Capítulo II**

### **Do Sistema Paranaense de Inovação**

Art. 3º Fica instituído o Sistema Paranaense de Inovação, a ser regulamentado pelo Poder Executivo, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento sustentável do Estado pela inovação, pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo, estimulando programas e projetos especiais articulados com o setor público e privado.

Parágrafo Único. Integram o Sistema Paranaense de Inovação:

I - o Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT;

II - as entidades que se enquadrem como ICTs;

III - as entidades que se enquadrem como Instituições de Fomento;

IV - a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná;

V - as Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos;

VI - Instituto Tecnológico do Paraná - TECPAR;

VII - Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR;

VIII - Núcleos de Inovação Tecnológica - NITs;

IX - as instituições de apoio à ciência, tecnologia e inovação estabelecidas no Estado do Paraná;

X - as empresas com atividades relevantes no campo da inovação.

Art. 4º O Estado apoiará a cooperação entre o Sistema Paranaense de Inovação e os sistemas de inovação de outros entes públicos e privados sem fins lucrativos para incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico, incubadoras, parques tecnológicos empresas que promovam inovação e outras entidades de ensino, pesquisa científica e tecnológica.

## **Capítulo III**

### **Do Estímulo à Construção de Ambientes Especializados e Cooperativos de Inovação**

Art. 5º O Estado do Paraná, seus Municípios e as agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas brasileiras localizadas no Paraná, ICTs e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de inovações.

Parágrafo Único. O apoio previsto neste artigo poderá contemplar as redes e os projetos nacionais e internacionais de pesquisa tecnológica, bem como ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive incubadoras e parques tecnológicos.

Art. 6º As ICTPR poderão, mediante remuneração, por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio:

I - compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações, prioritariamente com microempresas, empresas de pequeno porte e empreendimentos de economia solidária, em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação, sem prejuízos de sua atividade finalística;

II - permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por empresas brasileiras localizadas no Paraná e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, desde que tal permissão não interfira diretamente na sua atividade-fim, nem com ela conflite;

Parágrafo Único. A permissão e o compartilhamento de que tratam os incisos I e II do *caput* deste artigo obedecerão às prioridades, critérios e requisitos aprovados e divulgados pelo órgão máximo da ICTPR, observadas as respectivas disponibilidades e assegurada a igualdade de oportunidades às empresas e organizações interessadas.

Art. 7º Ficam o Estado e suas entidades autorizadas a participar do capital de empresa privada de propósito específico que vise ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para obtenção de produto, processo ou serviços inovadores.

Parágrafo Único. A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá às instituições detentoras do capital social, na proporção da respectiva participação.

Art. 8º O Estado, suas artarquias, fundações e empresas por ele controladas, direta ou indiretamente, poderão participar de sociedades ou parcerias, cuja finalidade seja aportar capital semente em empresas que explorem criação desenvolvida no âmbito de ICTPR com ou sem parceria com outras ICTs.

Parágrafo Único. Considera-se capital semente o capital fornecido à empresa num estágio pré-operacional para, por exemplo, a construção de um protótipo, a condução de uma pesquisa de mercado, a elaboração de um plano de negócios e a contratação dos executivos que vão gerenciar a empresa.

#### Capítulo IV

##### Do Estímulo à Participação das Instituições Científicas e Tecnológicas do Estado do Paraná no Processo de Inovação

Art. 9º É facultado às ICTPR celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida.

§ 1º A contratação com cláusula que conceder exclusividade ao receptor de tecnologia ou ao licenciado para os fins de que trata o *caput* deste artigo deve ser precedida de publicação de edital, salvo a contratação com o co-proprietário a que se refere o parágrafo único do artigo 5º.

§ 2º Quando não envolverem concessão de exclusividade, os contratos previstos no *caput* deste artigo poderão ser firmados diretamente, nos termos do artigo 24, XXV, da Lei Federal nº 8666, de 21/06/93, com a redação dada pela Lei Federal nº 10973, de 02/12/04, e regulamentações estaduais pertinentes.

§ 3º Na hipótese do artigo 5º desta lei, as entidades que fizerem parte dos projetos deverão disciplinar o modo de aquiescência quanto à transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida por elas desenvolvida, devendo constar do contrato o prazo desse direito.

§ 4º A empresa detentora do direito exclusivo, de exploração de criação protegida perderá automaticamente esse direito caso não comercialize a criação dentro do prazo e condições definidos no contrato, podendo a ICTPR proceder a novo licenciamento.

§ 5º O licenciamento para exploração de criação, cujo objeto interesse à defesa nacional deve observar o disposto no parágrafo 3º do artigo 75 da Lei nº 9279, de 14/05/96.

§ 6º A transferência de tecnologia e o licenciamento para exploração de criação reconhecida, em ato do Poder Executivo, como de relevante interesse público, somente poderão ser efetuados a título não exclusivo.

Art 10. A ICTPR poderá obter o direito de uso ou de exploração da criação protegida.

Art. 11. É facultado à ICTPR prestar às instituições públicas ou privadas, serviços compatíveis com os objetivos desta lei, nas atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

§ 1º A prestação de serviços prevista no *caput* deste artigo dependerá de aprovação pelo órgão ou autoridade máxima da ICTPR.

§ 2º O servidor, o militar ou o empregado público envolvido na prestação de serviço prevista no *caput* deste artigo poderá receber retribuição pecuniária, diretamente da ICTPR ou de instituição de apoio com que esta tenha firmado acordo, sempre sob a forma de adicional variável e desde que custeado exclusivamente com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada.

§ 3º O valor do adicional variável de que trata o parágrafo 2º deste artigo fica sujeito à incidência dos tributos e contribuições aplicáveis à espécie, vedada a incorporação aos vencimentos, à remuneração ou aos proventos, bem como a referência como base de cálculo para qualquer benefício, adicional ou vantagem coletiva ou pessoal.

§ 4º O adicional variável de que trata este artigo configura-se, para os fins do artigo 28 da Lei Federal nº 8212, de 24/07/91, ganho eventual.

Art. 12. É facultado à ICTPR celebrar acordos de parceria para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto, processo ou serviço com instituições públicas e privadas.

§ 1º O servidor, o militar ou o empregado público da ICTPR envolvido na execução das atividades previstas no *caput* deste artigo poderá receber bolsa de estímulo à inovação diretamente de instituição de apoio ou agência de fomento.

§ 2º As partes deverão prever, em contrato, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados da exploração das criações resultantes da parceria, assegurando aos signatários o direito ao licenciamento, observado o disposto nos parágrafos 5º e 6º do artigo 9º desta lei.

§ 3º A propriedade intelectual e a participação nos resultados referidos no parágrafo 2º deste artigo serão asseguradas, desde que previsto no contrato, na proporção equivalente ao montante do valor agregado do conhecimento já existente no início da parceria e dos recursos humanos, financeiros e materiais alocados pelas partes contratantes.

Art. 13. Os acordos e contratos firmados entre as ICTPR, as instituições de apoio, agências de fomento e as entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, cujo objeto seja compatível com a finalidade desta lei, poderão prever recursos para cobertura de despesas operacionais e administrativas incorridas na execução destes acordos e contratos, observados os critérios do regulamento.

Art. 14. A ICTPR poderá ceder seus direitos sobre a criação, mediante manifestação expressa e motivada, a título não-oneroso, nos casos e condições definidos em regulamento, para que o respectivo criador os exerça em seu próprio nome e sob sua inteira responsabilidade, nos termos da legislação pertinente.

Parágrafo Único. A manifestação prevista no *caput* deste artigo deverá ser proferida pelo órgão ou autoridade máxima da instituição, ouvido o Núcleo de Inovação Tecnológica, no prazo fixado em regulamento.

Art. 15. É vedado a dirigente, ao criador ou a qualquer servidor, militar, empregado ou prestador de serviços de ICTPR divulgar, noticiar ou publicar qualquer aspecto de criações de cujo desenvolvimento tenha participado diretamente ou tomado conhecimento por força de suas atividades, sem antes obter expressa autorização da ICTPR.

Art. 16. As ICTPR, na elaboração e execução dos seus orçamentos, adotarão as medidas cabíveis para a administração e gestão da sua política de inovação para permitir o recebimento de receitas e o pagamento de despesas decorrentes da aplicação do disposto nos artigos 6º, 9º, 11 e 12 o pagamento das despesas para a proteção da propriedade intelectual e os pagamentos devidos aos criadores e eventuais colaboradores.

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o *caput* deste artigo, percebidos pelas ICTPR, constituem receita própria e deverão ser aplicados, exclusivamente, em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Art. 17. A ICTPR deverá dispor de Núcleo de Inovação Tecnológica, próprio ou em associação com outras ICTs, com a finalidade de gerir sua política de inovação.

Parágrafo Único. São competências mínimas do Núcleo de Inovação Tecnológica:

I - zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;

II - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições desta lei;

III - avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do artigo 22;

IV - opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;

V - opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;

VI - apoiar a elaboração e acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição e dos seus pesquisadores;

VII - divulgar de forma permanente, ressalvadas aquelas de caráter sigiloso, informações sobre a política de propriedade intelectual da instituição, as criações desenvolvidas no âmbito da instituição, as proteções requeridas e concedidas e os contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia firmados.

## Capítulo V

### Do Estímulo à Participação do Pesquisador Público no Processo de Inovação

Art. 18. É assegurada ao pesquisador público participação mínima de 5% (cinco por cento) e máxima de 1/3 (um terço) nos ganhos econômicos auferidos pela ICTPR, resultantes de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida, da qual tenha sido o inventor, obtentor ou autor, aplicando-se, no que couber, o disposto no parágrafo único do artigo 93 da Lei nº 9279, de 1996.

§ 1º A participação de que trata o *caput* deste artigo poderá ser partilhada pela ICTPR entre os membros da equipe de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que tenham contribuído para a criação.

§ 2º Entende-se por ganhos econômicos toda forma de royalties, remuneração ou quaisquer benefícios financeiros resultantes da exploração direta ou por terceiros, deduzidas as despesas, encargos e obrigações legais decorrentes da proteção da propriedade intelectual.

§ 3º A participação prevista no *caput* deste artigo obedecerá ao disposto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 11.

§ 4º A participação referida no *caput* deste artigo será paga pela ICTPR em prazo não superior a 1 (um) ano após a realização da receita que lhe servir de base.

Art. 19. Ao pesquisador público é facultado, mediante autorização da respectiva ICTPR, afastar-se do órgão de origem para prestar colaboração ou serviço a outra ICTPR observadas as finalidades previstas nesta lei.

§ 1º As atividades desenvolvidas pelo pesquisador público, na instituição de destino, devem ser compatíveis com a natureza do cargo efetivo, cargo militar ou emprego público por ele exercido na instituição de origem, na forma do regulamento.

§ 2º Durante o período de afastamento de que trata o *caput* deste artigo, são assegurados ao pesquisador público o vencimento do cargo efetivo, o soldo do cargo militar ou o salário do emprego público da instituição de origem, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, bem como promoção e progressão funcional e os benefícios do plano de seguridade social ao qual estiver vinculado.

§ 3º As gratificações específicas do exercício do magistério somente serão garantidas, na forma do parágrafo 2º deste artigo, caso o pesquisador público se mantenha na atividade docente em instituição científica e tecnológica.

§ 4º No caso de pesquisador público membro da Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar, seu afastamento estará condicionado à autorização do Comando Geral.

Art. 20. Ao pesquisador público é permitido licenciar-se do cargo efetivo ou emprego público que ocupa para constituir empresa ou colaborar com empresa cujos objetivos envolvam a aplicação de inovação tecnológica que tenha por base criação de sua autoria.

§ 1º Ao pesquisador público é permitido licenciar-se do cargo efetivo ou emprego público que ocupa, por interesse de ICTPR, para prestação de assessoria ao setor privado no desenvolvimento de inovações tecnológicas.

§ 2º A licença a que se refere este artigo dar-se-á por prazo não superior a 2 (dois) anos, prorrogáveis por mais 2 (dois) anos, com prejuízo de vencimentos ou salários, observadas as demais condições estabelecidas na legislação própria.

§ 3º A licença poderá ser gozada parceladamente, a juízo da ICTPR, desde que dentro do período de 5 (cinco) anos.

§ 4º Caso a ausência do servidor licenciado acarrete prejuízo às atividades da ICTPR integrante da Administração Direta ou Indireta, poderá ser efetuada contratação temporária nos termos da Lei Estadual nº 108 de 2005 ou outra que vier a substituí-la.

§ 5º É assegurada à ICTPR do vínculo do pesquisador público, participação mínima de 5% (cinco por cento) e máxima de 1/3 (um terço) nos ganhos econômicos auferidos pela empresa que trata o *caput* deste artigo, resultantes de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento auferidos do(s) processo(s), produto(s) e serviço(s) desenvolvidos(s) durante o afastamento do pesquisador previsto neste artigo e em conformidade com a Lei Federal nº 9279, de 14/05/96.

Art. 21. Ao aluno devidamente inscrito nos programas de graduação e pós-graduação de ICTPR que seja criador, é assegurada, a título de incentivo, participação nos ganhos econômicos auferidos resultantes da exploração de criação protegida da qual tenha sido inventor, obtentor ou autor, aplicando-se, no que couber, o disposto no parágrafo único do artigo 93 da Lei Federal nº 9279/96.

## Capítulo VI

Do Estímulo à Participação do Inventor Independente no Processo de Inovação

Art. 22. Aos inventores independentes que comprovem depósito de pedido de patente é facultado solicitar a adoção da criação por ICTPR, que decidirá,

livremente, quanto à conveniência e oportunidade da solicitação, visando à elaboração de projeto para seu futuro desenvolvimento, incubação, industrialização e utilização pelo setor produtivo.

§ 1º O Núcleo de Inovação Tecnológica da ICTPR avaliará a invenção, a sua afinidade com a área de atuação da instituição e o interesse no seu desenvolvimento.

§ 2º O Núcleo de Inovação Tecnológica informará ao inventor independente, no prazo máximo de 6 (seis) meses, a decisão quanto à adoção a que se refere o *caput* deste artigo.

§ 3º Adotada a invenção, nos termos do *caput* deste artigo, o inventor independente comprometer-se-á, mediante contrato, a compartilhar com a ICTPR os ganhos econômicos auferidos com a exploração industrial da invenção protegida.

## Capítulo VII

Do Estímulo ao Processo de Inovação nas Empresas

Art. 23. O Estado, por meio de seus órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, incentivará o processo de inovação nas empresas brasileiras localizadas no Paraná, mediante o compartilhamento de recursos humanos, materiais e de infraestrutura, a concessão de apoio financeiro, de benefícios fiscais, subvenção econômica e participação societária e exercício de compra do Estado.

§ 1º A concessão de recursos financeiros, sob a forma de subvenção econômica, financiamento ou participação societária, visando ao desenvolvimento de produtos, processos ou serviços inovadores, será precedida de aprovação de projeto pelo órgão ou entidade concedente.

§ 2º A concessão da subvenção econômica prevista no parágrafo 1º deste artigo implica, obrigatoriamente, a assunção de contrapartida pela empresa beneficiária, na forma estabelecida pela legislação federal.

§ 3º O Poder Executivo poderá conceder a subvenção econômica de que trata este artigo nos termos do artigo 3º da Lei Estadual nº 12020/98.

Art. 24. O Poder Executivo poderá conceder incentivos fiscais às empresas, com vistas à consecução dos objetivos estabelecidos nesta lei, ouvidos os órgãos afins.

Art. 25. As agências de fomento estaduais promoverão, por meio de programas específicos, ações de estímulo à inovação prioritariamente nas micro-empresas, empresas de pequeno porte e empreendimentos de economia solidária, inclusive mediante extensão tecnológica realizada pela ICTs.

Art. 26. Os órgãos e entidades da Administração Pública, em matéria de interesse público, poderão contratar empresa, consórcio de empresas e entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, de reconhecida capacitação tecnológica no



setor, visando à realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento, que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, processo e serviço inovador.

Parágrafo Único. O risco de que trata o *caput* deste artigo poderá ser compartilhado na proporção definida contratualmente.

### **Capítulo VIII**

#### **Da Participação do Estado em Fundos de Investimento**

Art. 27. O Estado, suas autarquias, fundações e empresas por ele controladas, direta ou indiretamente, poderão participar, na qualidade de cotistas, de fundos mútuos de investimento com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas situadas no Estado do Paraná, cuja atividade principal seja a inovação tecnológica, conforme regulamentação e nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único. A participação de que trata o *caput* deste artigo deverá observar os limites de utilização dos recursos públicos previstos na legislação vigente.

Art. 28. O Estado, suas autarquias, fundações e empresas por ele controladas, direta ou indiretamente, poderão participar do capital de sociedade ou associar-se a pessoa jurídica caracterizada como parque tecnológico ou como incubadora de empresas.

### **Capítulo IX**

#### **Da Implementação**

Art. 29. A implementação desta lei dar-se-á pela utilização dos instrumentos e recursos do Poder Executivo do Estado do Paraná, bem como pelo de outras possíveis receitas, tais como as provenientes de entes públicos federais ou municipais, de entidades privadas, rendimentos de exploração de direitos de propriedade, espólio provenientes de heranças jacentes, doação de instituição privada e outras receitas.

§ 1º Os recursos destinados ao apoio à inovação conforme previsto no artigo 3º desta lei dar-se-á pela utilização de no mínimo 20% (vinte por cento) dos recursos previstos na alínea “b” do inciso I do artigo 3º da Lei Estadual nº 12020 de 09/01/98 conforme redação dada pela Lei Estadual nº 15123 de 19/05/06, atingindo este piso de forma escalonada, sendo 10% (dez) por cento no primeiro ano, e no mínimo 20% a partir do segundo ano.

§ 2º Os recursos previstos neste artigo serão incorporados no Fundo Paraná em subconta específica denominada como “Fundo Paraná de Apoio à Inovação”, devendo a referida receita ser vinculada na execução de programas e projetos, nos termos do artigo 3º desta lei.

§ 3º Os recursos descritos neste artigo serão transferidos às entidades descritas no artigo 4º desta lei, por meio de convênios, acordos termos de cooperação, contratos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados pelo gestor do Fundo Paraná.

§ 4º O Fundo Paraná de Apoio à Inovação deverá ser regulamentado com personalidade jurídico-contábil própria.

### **Capítulo X**

#### **Das Disposições Finais**

Art. 30. As ICTs que contemplem o ensino entre suas atividades principais, deverão associar, obrigatoriamente, a aplicação do disposto nesta lei as ações de formação de recursos humanos sob sua responsabilidade.

Art. 31. Na aplicação do disposto nesta lei, serão observadas as seguintes diretrizes:

I - priorizar, nas regiões menos desenvolvidas do Estado, ações que visem a dotar a pesquisa e o sistema produtivo regional de maiores recursos humanos e capacitação tecnológica;

II - assegurar tratamento favorecido a micro-empresas, empresas de pequeno porte e empreendimentos solidários;

III - dar tratamento preferencial, na aquisição de bens e serviços pelo Poder Público, às empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no Estado.

Art. 32. Considera-se para efeito da definição referida no inciso XVI do artigo 2º da Lei Estadual nº 15562, de 04/07/07 e a Lei Federal Complementar nº 123, de 14/12/06 ou outras que vierem a substituí-las.

Art. 33. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 34. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

### **Indicações**

INDICAÇÃO Nº 152/10

#### **SÚMULA:**

Sugere a construção e implementação de restaurante universitário no *campus* da UNIOESTE de Foz do Iguaçu.

O Exmo. Governador do Estado do Paraná, Sr. Orlando Pessuti, Exmo. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Sr. Nildo José Lübke:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se as V. Exas. para expor e sugerir o que se segue:

I - sugere a construção e implementação de restaurante universitário no *campus* da UNIOESTE de Foz do Iguaçu.

II - a presente sugestão tem por objetivo proporcionar uma cantina de qualidade e com preço acessível para atender à comunidade acadêmica, em virtude da localização do *campus* que é distante do centro de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 31/08/10.

(a) RENI PEREIRA

#### INDICAÇÃO Nº 153/10

##### SÚMULA:

Propõe a implantação do Programa de Eficiência Energética nas serrarias e indústrias madeireiras do Estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual, que abaixo subscreve, dirige-se respeitosamente a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

A implantação do Programa de Eficiência Energética, projeto efetuado pela COPEL, instituído pela Lei nº 9991/00, nas serrarias e indústrias madeireiras do Estado do Paraná.

A presente proposta justifica-se pelo fato de que o consumo de energia elétrica nesses setores é extremamente alto, o que leva a um gasto prejudicial tanto no desenvolvimento dessa atividade, como com relação ao incentivo a oferta de emprego nesse ramo.

O Programa de Eficiência Energética da COPEL tem como objetivo implementar ações de racionalização de consumo de energia elétrica em prédios públicos através de aporte de tecnologia nos sistemas de iluminação.

Desta forma, a implementação desse programa nas serrarias e indústrias madeireiras representaria um importante passo e incentivo para esse setor, bem como auxilia na preservação do meio ambiente através da racionalização do consumo de energia.

Assim, diante do exposto e devido a importância da presente proposta solicito que V. Exa. determine os estudos de sua viabilidade.

Sala das Sessões, em 31/08/10.

(a) MARCELO RANGEL

#### INDICAÇÃO Nº 154/10

##### SÚMULA:

Sugere ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, a doação de instrumentos e uniformes a Fanfarra Arthur Orlando Klass.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual, que abaixo subscreve, dirige-se respeitosamente a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

A doação de uniformes e dos seguintes instrumentos: 12 bumbos fuzileiros; sete atabaques; dois quadritons; quatro caixas de guerra; quatro repiques; quatro pandeiros meia lua; oito pares de prato; 10 trombones de vara; nove trompetes; 15 cornetas lisas; 10 liras; 10 cornetas de pistão; seis tubas; e pares de baquetas para os instrumentos que forem necessários. Todos para a Fanfarra Arthur Orlando Klass do Colégio Estadual D. Alberto Gonçalves localizado no Município de Palmeira no Estado do Paraná.

O Colégio Estadual D. Alberto Gonçalves possui 1548 (mil quinhentos e quarenta e oito) alunos e há mais de 60 (sessenta) anos dedica-se a educação dos jovens palmeirenses.

A presente proposta justifica-se devido ao fato de que dentre as várias atividades desenvolvidas no colégio, que visam favorecer o desenvolvimento integral e cidadania aos alunos encontra-se a fanfarra, sendo uma forma de expressão acústica e cultural a inclusão social dos alunos.

A fanfarra denominada de Fanfarra Dr. Arthur Orlando Klass foi criada em 1964, e chegou a congregar 150 (cento e cinquenta) alunos, sendo considerada a melhor da Região dos Campos Gerais. Recebeu alguns prêmios representando tanto o colégio supracitado como o Município de Palmeira. Atualmente, conta com 25 (vinte e cinco) participantes, sendo que a maioria dos instrumentos estão sem condições de uso.

Assim, diante do exposto e devido a importância da presente proposta solicito que V. Exa. determine os estudos de sua viabilidade.

Sala das Sessões, em 31/08/10.

(a) MARCELO RANGEL

#### INDICAÇÃO Nº 155/10

##### SÚMULA:

Sugere ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, a abertura de escritório do Instituto das Águas na Cidade de Ponta Grossa.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual, que abaixo subscreve, dirige-se respeitosamente a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

A abertura de escritório do Instituto das Águas na Cidade de Ponta Grossa.

O Instituto das Águas tem por finalidade oferecer suporte institucional e técnico à efetivação dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos bem como o exercício das funções de entidade de regulação e fiscalização do serviço de saneamento básico, integrado pelos serviços públicos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

A presente sugestão justifica-se devido ao fato de que um escritório desse Instituto nos Campos Gerais atenderia a uma demanda de liberação de outorgas de

captação de águas já existente na região. Além de agilização no referido processo, demonstra-se de fundamental importância a abertura de tal escritório para atender as carências desse setor neste território.

Assim, diante do exposto e devido a importância da presente proposta solicito que V. Exa. determine os estudos de sua viabilidade.

Sala das Sessões, em 31/08/10.

(a) MARCELO RANGEL

## ***Requerimentos***

### **REQUERIMENTO Nº 3290**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 392/10 e 395/10, que declara de utilidade pública a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 31/08/10.

(a) NELSON JUSTUS

### **REQUERIMENTO Nº 3286**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 30 de agosto, 01 e 02 de setembro do corrente ano, devido a problemas de saúde, estando impossibilitado de estar presente.

Sendo o que se apresenta para o momento agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 31/08/10.

(a) FÁBIO CAMARGO

### **REQUERIMENTO Nº 3283**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, voto de pesar pelo falecimento de Reinaldo Baldisera, e o encaminhamento de ofício à viúva Gessi Baldisera e seus filhos Luiz Ângelo, Claudio, Ilto, Alceu, Vitor Hugo e o Vereador Vilso, como forma de expressar nossos sentimentos.

Sala das Sessões, em 31/08/10.

(a) ADEMAR TRAIANO

**JUSTIFICATIVA:**

A finalidade do presente é prestar uma homenagem póstuma ao Sr. Reinaldo Baldisera, homem de valor, conhecido e respeitado pela comunidade sudoestina do Paraná e estimado por sua família.

O ex-Prefeito Reinaldo Baldisera faleceu, deixando um exemplo de caráter e dignidade para todos que o conheceram. Os que tiveram o privilégio de conviver com esta pessoa lastimam sua perda. Sua lembrança sempre norteará os caminhos dos cidadãos sudoestinos.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos demais Pares, para aprovar o presente requerimento.

### **REQUERIMENTO Nº 3288**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento, no dia 27 de agosto passado, da Sra. Eliane Terezinha Guzzoni, professora do Instituto de Educação de Ponta Grossa, com 25 anos de dedicação ao magistério. Querida e respeitada por seus familiares, amigos, colegas e alunos, será lembrada com carinho e saudades.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, aos cuidados da Direção do Instituto de Educação Estadual Prof. César Pietro Martinez.

Sala das Sessões, em 31/08/10.

(a) JOCELITO CANTO

### **REQUERIMENTO Nº 3289**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Lemir de Castro Ribas, oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Telêmaco Borba.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31/08/10.

(a) NELSON JUSTUS

### **REQUERIMENTO Nº 3295**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações pelo lançamento da Gazeta Maringá, jornal digital da Rede Paranaense de Comunicação (RPC) com conteúdo exclusivo produzido a partir da Cidade de Maringá e outras da região.

Segundo Axeu Aislan, Diretor de Marketing da Unidade de Jornais da RPC, o lançamento acompanha o crescimento de leitores de jornal na internet e amplia nossa relação e envolvimento com a comunidade. Existe uma demanda por um conteúdo regional.

A RPC, criada em 2000, é integrada pela Gazeta do Povo e Jornal de Londrina; oito emissoras filiadas à Rede Globo; às rádios 98 FM e a Mundo Livre FM; um portal de internet e o Instituto RPC.

Em 1996, a Gazeta do Povo inova ao ser o primeiro jornal do Paraná e o segundo do Brasil a tornar disponível o conteúdo do impresso na internet. Em 2000 a equipe da Gazeta do Povo Online começa a produzir conteúdo próprio para a rede. Em novembro daquele

ano, o site virou o Portal Tudo Paraná, incorporando a Gazeta do Povo, a TV Paranaense e a 98 FM. Em 2005, o Tudo Paraná torna-se Onda RPC e, em 2006, apenas RPC, com a veiculação de produção própria e das outras mídias do grupo, com os sites da Gazeta do Povo, Jornal de Londrina, Jornal de Maringá (somente matérias online), 98 FM, Mundo Livre FM, e as TVs Paranaense e Cataratas.

Sala das Sessões, em 31/08/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 3296

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados voto de congratulações, pelo 18º aniversário de emancipação político administrativo do Município de Santa Lúcia, comemorado no dia 01/09/10.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Exmo. Sr. Renato Tonidandel, DD. Prefeito Municipal, enviando correspondência.

Sala das Sessões, em 31/08/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Dia 01 de setembro é uma data especial para a população de Santa Lúcia. O Município está comemorando 18 anos de realizações. É uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta Cidade.

Ao revisitar o passado, verifica-se que no início da década de 1960 o catarinense Dinarte Tibes, de Campos Novos, veio para a região Sudoeste trazendo a mudança e uma família em seu caminhão. Em sua viagem foi informado sobre terras na região de Santa Lúcia. Após visitar o local gostou tanto que acabou trocando seu caminhão por 160 alqueires de terra, fato que deu início a povoação da área.

Dando sequência ao povoamento, diversas famílias de pioneiros vieram então habitar o local. Nesta época se dedicavam principalmente ao desmatamento e ao plantio de palmito nas áreas desbastadas, sendo que posteriormente passaram a trabalhar com a agricultura.

A estrada que liga Santa Lúcia a Capitão Leônidas Marques foi construída graças à divisão dos custos pelos moradores. Para abertura da estrada foi criado o Distrito Administrativo, pela Lei nº 5650, de 03/10/67.

No dia 09/05/90 foi criado o Município de Santa Lúcia, sendo desmembrado de Capitão Leônidas Marques.

A denominação de Santa Lúcia foi dada por Orlando Luiz Zamprônio, da Cidade de Capanema, que frequentava a região para comprar madeiras. Zamprônio alegava que existia um rio com o nome de Santa Lúcia, por isto batizou a nascente povoação com este nome.

Santa Lúcia enfrentou todas as dificuldades que um Município jovem enfrenta. Mas, o trabalho sério e

honesto de homens e mulheres, que mesmo em tempos difíceis depositavam neste chão as esperanças de dias melhores, foi decisivo para que se tornasse um Município pujante.

Diante disso, parabenizamos pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

#### REQUERIMENTO Nº 3292

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER envio de moção de apoio e reconhecimento a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Telêmaco Borba pelos serviços prestados há 18 anos junto aos aposentados, pensionistas e à comunidade do referido Município. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento aos homenageados.

Sala das Sessões, em 31/08/10.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Tem esta moção o objetivo de prestar reconhecimento oficial aos trabalhos desenvolvidos de forma impecável pela Associação dos Aposentados e Pensionistas de Telêmaco Borba, fundada em 1992 no Município de Telêmaco Borba/PR, a 249 quilômetros da capital paranaense.

Através de oito mandatos e quatro Presidentes nesses anos de história, sendo o atual o Sr. Anibal Ferraz de Oliveira, a Associação tem cumprido seu propósito de contribuir com diversas ações voltadas aos aposentados e pensionistas de Telêmaco Borba através de consciência comunitária e ações concretas. Desta forma, torna-se necessário o reconhecimento de um trabalho árduo e importante desta associação, por meio de auxílio e organização direta de ações voltadas a esta parcela da população de Telêmaco Borba.

É necessário destacar ainda o trabalho e empenho dos seguintes Presidentes, desempenhando papel fundamental para o sucesso civil desta associação e sendo dignos da homenagem prestada por esta Casa de Leis: Lauri de Castro Ribas (1992 a 1996), Itagibe Stockler (1996 a 1999, 2002 a 2005, 2005 a 2007), José Roberto Connor (1999 a 2001) e o próprio Anibal Ferraz de Oliveira (2001 a 2002, 2007 a 2009, 2009 a 2011).

#### REQUERIMENTO Nº 3291

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente, reiterando requerimento enviado ao Sr. Luiz Rodrigo Larson Cartstens Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, onde solicita a criação de uma Companhia da Polícia Militar no Município de Realeza.

Sala das Sessões, em 31/08/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

A presente solicitação faz parte de uma grande população do Sudoeste paranaense, em virtude de encontrar-se em processo de instalação no Município de Francisco Beltrão, uma Unidade de Batalhão da Polícia Militar. O Município de Realeza, comporta a Seção Judiciária das Comarcas de Salto do Lontra e Capitão Leônidas Marques, sendo rota de ligação entre vários Municípios do Sudoeste paranaense, e também acesso a região Sul do País. Ressaltamos ainda que o Município de Realeza encontra-se em fase de expansão, devido a instalação de um *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Entendemos que a Polícia Militar do Paraná é uma escola de abnegação e de civismo. Eis porque, se outras razões não militassem a favor do Serviço da Polícia Militar, essa seria suficiente para se tentar conseguir para o Município de Realeza, para nela se integrarem de corpo e alma.

Glória, pois seja a nossa Polícia Militar que sempre soube criar uma figura imponente como essa que por si só basta para estereotipar a população sudoestina do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 3297**

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Orlando Pessuti, e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Eron Arzua solicitando modificações e correção do item 18.a do anexo III do Decreto nº 8018 de 16/08/10.

A presente solicitação se dá em virtude de um pequeno erro de digitação, no item 18.a do anexo III do Decreto nº 8108 de 16/08/10. O citado item está redigido da seguinte forma:

*18.a Até 31.05.11, ao estabelecimento industrial, nas saídas de produtos industrializados em que, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do custo da matéria prima utilizada em sua fabricação decorra da aquisição de material reciclado de papel, de papelão ou de resíduos plásticos oriundos da indústria de reciclagem de papel, calculando o imposto nos seguintes percentuais...*

O item traz o benefício para as matérias primas, papel, papelão e plásticos, mas ao definir de qual indústria de reciclagem viriam estes materiais, esquece de mencionar os recicladores de plásticos, citando apenas o de papel. Com certeza houve uma omissão involuntária, promovendo uma distorção que pode ser facilmente corrigida.

O Deputado signatário aproveita para solicitar a dilação do prazo proposto no dispositivo retro citado. A data limite de maio de 2011 é por demais reduzida. O pouco tempo não é suficiente para estimular a implantação de parques industriais que modifiquem sua forma de aquisição de matéria prima. A dilação do prazo poderia ser por mais três anos, ou seja, até maio de 2014.

Certo de que este é um pedido justo e que auxiliará o desenvolvimento sustentável de nosso Estado, espero a aprovação desta Casa de Leis do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 31/08/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

**REQUERIMENTO Nº 3300**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de Pedido de Informações à Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon, Secretária de Estado da Administração e Previdência do Estado do Paraná, para fornecer a seguinte informação:

- lista com o nome dos fornecedores do Governo do Estado do Paraná, bem como dos prestadores de serviço, acompanhado do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) de cada empresa.

Sala das Sessões, em 31/08/10.

(a) MARCELO RANGEL

**Projetos de Lei****PROJETO DE LEI Nº 402/10**

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica denominado de Colégio Estadual Professor Ephigênio José Carneiro - Ensino Fundamental, Médio, Profissionalizante e Normal, o atual Colégio Estadual de Campo Mourão - Ensino Fundamental, Médio, Profissionalizante e Normal, localizado no Município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor em sua data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31/08/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

**JUSTIFICATIVA:**

Ephigênio José Carneiro nasceu em Porto União, no Estado de Santa Catarina, em 26/01/27.

No dia 29/07/55, mudou-se para o Município de Campo Mourão, acompanhado de sua esposa Áurea Margarida Carneiro com o objetivo de fundar escolas e, em 01/08/55 (data considerada de fundação), foi lavrada a ata do livro de subscrições de empréstimos para a construção do prédio. Em 22/02/56, foi assinada a Portaria Ministerial nº 518, autorizando o funcionamento do Ginásio Campo Mourão e o Professor Ephigênio José Carneiro foi, portanto, o primeiro Diretor do Ginásio Campo Mourão, juntamente com outros pioneiros, formando assim o corpo docente no primeiro ano de funcionamento do referido Colégio.

Além do Ginásio Campo Mourão, que atualmente é o Colégio Estadual de Campo Mourão, o primeiro colégio a ser fundado no Município, o Professor Ephigênio, como

era carinhosamente chamado por todos os mourãoenses, participou também da fundação de diversas instituições, como a Escola Técnica do Comércio Santo Inácio, o Ginásio 10 de Outubro, Ginásio Botelho Mourão, a Faculdade do Município que na época era chamada de FUNDESCAM (Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão) e o primeiro Presidente da Associação das Câmaras Municipais da Microrregião 12 - ACAMDOZE em 1979.

Foi Secretário da Educação, Cultura e Turismo em 1989/1990, membro do Movimento de Cursilhos da Cristandade da Diocese de Campo Mourão desde 1972. Participou da Fundação do Clube de Xadrez e do Conselho Comunitário de Campo Mourão.

Grande incentivador e membro atuante do Lions Club de Campo Mourão, o qual ajudou a fundar e presidiu a instituição no período de 1976/1977. Governador 100% do Distrito L21 na gestão de 1993/1994, Vice-Governador da Região G (1987/1988). Secretário 100% do Lions de Campo Mourão no período de 1991 a 1993 e presidente da Região E na gestão 1992/1993.

Professor Ephigênio José Carneiro, além de bioquímico foi Vereador por quatro mandatos (1964/1968), (1969/1972), (1977/1982) e (1983/1988).

Professor Ephigênio José Carneiro, catarinense de nascimento e mourãoense de coração, recebeu em agosto de 2005 o Título de Cidadão Benemérito de Campo Mourão.

Nos últimos anos participou incansavelmente dos eventos culturais e de resgate histórico, sempre reunindo com eventos festivos os pioneiros de Campo Mourão para relembrares das histórias por eles vividos.

Faleceu dia 25/08/10 com 83 anos, deixando sua esposa Áurea e três filhos: Rubens Fernando, Ricardo José e Roberto Luiz Carneiro.

PROJETO DE LEI Nº 403/10  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Agroecológica e Turística de Piraquara, com sede no Município de Piraquara.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31/08/10.

(a) ELTON WELTER

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Agroecológica e Turística de Piraquara, situada na Estrada Nova Tirol, 2523 - Capoeira dos Índios - Piraquara/PR, fundada em 03/10/91, sem fins lucrativos, tem como objetivos principais, defender o meio ambiente, atendendo a Legislação Ambiental em vigor, desenvolver formas de exploração que sejam compatíveis com o ecossistema regional, e que estes venham

a tornarem-se rentáveis aos produtores rurais empreendedores de Turismo, buscar métodos de aproveitamento das belezas naturais e culturais, promover cursos de tecnologias alternativas.

A instituição em epígrafe vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade. Lei Municipal de Utilidade Pública nº 1025, de 14/09/09.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de utilidade pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10/01/78, que regulamenta matéria.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passamos ao Pequeno Expediente.

Antes gostaria de lembrar os Srs. Deputados que hoje, na Ordem do Dia, temos o Projeto da Transparência. Vamos precisar de 28 assinaturas, 28 presenças, 28 votos, e temos encontrado uma certa dificuldade no tocante ao quórum. Por essa razão, temos 23 até agora, solicito que os Srs. Deputados permaneçam no plenário para que possamos votar o item 06 ainda hoje.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Ademar Traiano.

### ***Deputado Ademar Traiano (PSDB)***

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Na tarde de ontem, não estive presente na Sessão Plenária e fui questionado pelos eminentes Deputados Elton Welter e Tadeu Veneri, em relação a PEC que não prevê a possibilidade da reeleição da Mesa, da qual sou relator e o Deputado Romanelli presidente.

O Deputado Romanelli teve a oportunidade de argumentar, na tarde de ontem, as razões e o porquê de estarmos demorando um pouco para fazermos o relatório. Na verdade, estamos buscando um arrazoadado de informações de todas as Assembleias, para que possamos elaborar um relatório dentro daquilo que prevalece na maioria das Assembleias Legislativas do País, e também procurar fazer em consonância com o que está previsto na Constituição Federal.

Hoje à tarde tivemos uma conversa, eu e o Deputado Romanelli, Presidente da comissão, com o Deputado Tadeu Veneri, e acordamos que no dia 13 de setembro, agora, faremos a entrega do nosso relatório apreciando as emendas e dando o parecer final sobre essa PEC. É importante trazermos aqui esta informação, principalmente à toda a mídia, porque essa matéria acabou sendo amplamente explorada pelos jornais e televisão.

Não pude, na tarde de ontem, me manifestar. Estou agora dizendo, de público, que de comum acordo feito com o Deputado Tadeu Veneri, no dia 13, faremos o nosso relatório, e aí sim esta Casa poderá, já de imediato, apreciar a PEC, ainda este ano, se for possível.

Era esta informação e quero crer que o Deputado Tadeu Veneri pode confirmar. Portanto, acho oportuno trazermos isso para que a sociedade paranaense possa saber que nós, realmente, estamos trabalhando com o objetivo de buscarmos algo que possa contemplar todos os interesses das mais diversas siglas partidárias nesta Casa.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta Presidência fica satisfeita com o pronunciamento de V. Exa., até porque esse retardo estava criando um certo incomodo não só à Mesa como aos signatários dessa PEC, na qual eu me incluo. Por esta razão, fico satisfeito que tenha sido feito esse acordo.

**O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)**

Apenas para não ter que usar o Pequeno Expediente, realmente hoje conversamos, como o Deputado Traiano aqui colocou, ontem havíamos feito esta solicitação ao Deputado Traiano e ao Presidente Romanelli, e de comum acordo, quero reafirmar isto, entendemos que no dia 13 é possível ter o parecer, ter uma reunião da Comissão, e após esse parecer, essa PEC é assinada por mais de 30 Deputados, V. Exa. inclusive assina essa PEC, poderemos daí apreciá-la em Plenário.

Então, só estou aqui, mais uma vez, ratificando aquilo que foi dito pelo Deputado Traiano e que, de fato, tivemos agora há poucos momentos esse entendimento que é possível que tenhamos daqui a sete dias a possibilidade já de encaminharmos a PEC para podermos votar.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ELTON WELTER (PT) (Pela Ordem)**

Quero agradecer a sensibilidade do relator que, de fato, tem a responsabilidade de fazer o relatório e certamente esta Casa ganhará muito na medida que esse projeto for aprovado. Espero que o relatório contemple a vontade da maioria das forças políticas desta Casa.

Obrigado pela sua sensibilidade.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

***Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa que trabalha nesta tarde na Assembleia Legislativa.

Vou usar o Pequeno Expediente, primeiramente, para fazer um pedido a todos os Deputados

Estou protocolando hoje aqui na Casa um projeto de lei para denominar um colégio estadual. Já são quatro anos que estou aqui e nunca apresentei projeto desta natureza. Sempre votei favoravelmente em todos os projetos que V. Exas., apresentaram aqui nominando

colégios estaduais, quadras poliesportivas, avenidas, rodovias, e chegou o momento de eu apresentar o projeto para homenagear uma pessoa, o Colégio Estadual Professor Ephigênio José Carneiro, que é ensino fundamental, médio, profissionalizante e normal, situado no Município de Campo Mourão.

São apenas dois artigos, aparentemente um projeto simples, mas para a pessoa homenageada, que quero falar aqui para V. Exas., não é simples.

**(Lê):**

“Art. 1º Fica denominado de Colégio Estadual Professor Ephigênio José Carneiro - Ensino Fundamental, Médio, Profissionalizante e Normal, o atual colégio estadual de Campo Mourão - ensino fundamental, médio, profissionalizante e normal, localizado no Município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor em sua data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ephigênio José Carneiro nasceu em Porto União, no Estado de Santa Catarina, em 26 de janeiro de 1927.

No dia 29 de julho de 1955, mudou-se para o Município de Campo Mourão, acompanhado de sua esposa Áurea Margarida Carneiro, com o objetivo de fundar escolas e, em 01 de agosto de 1955 (data considerada de fundação), foi lavrada a ata do livro de subscrições de empréstimos para a construção do prédio. Em 22 de fevereiro de 1956, foi assinada a Portaria Ministerial nº 518, autorizando o funcionamento do Ginásio Campo Mourão e o Professor Ephigênio José Carneiro foi, portanto, o primeiro diretor do Ginásio Campo Mourão, juntamente com outros pioneiros formando assim o corpo docente no primeiro ano de funcionamento do referido colégio.

Além do Ginásio Campo Mourão, que atualmente é o Colégio Estadual de Campo Mourão, o primeiro colégio a ser fundado no Município, o professor Ephigênio, como era carinhosamente chamado por todos os mourãoenses, participou também da fundação de diversas instituições, como a Escola Técnica do Comércio Santo Inácio, o Miniginásio 10 de Outubro, Ginásio Botelho Mourão, a faculdade do Município, que na época era chamada de FUNDESCAM (Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão) e o primeiro Presidente da Associação das Câmaras Municipais da Microrregião 12 ACAMDOZE em 1979.

Foi Secretário da Educação, Cultura e Turismo em 1989/1990, membro do Movimento de Cursilhos da Cristandade da Diocese de Campo Mourão desde 1972. Participou da fundação do Clube de Xadrez e do Conselho Comunitário de Campo Mourão.

Grande incentivador e membro atuante do Lions Club de Campo Mourão, o qual ajudou a fundar e presidiu a instituição no período de 1976/1977. Governador 100% do Distrito L21 na gestão de 1993/1994. Vice-Governador da Região G (1987/1988). Secretário 100% do Lions de Campo Mourão no período de 1991 a 1993 e presidente da Região E na gestão 1992/1993.

Professor Ephigênio José Carneiro, além de bioquímico foi Vereador por quatro mandatos (1964-1968), (1969-1972), (1977-1982) e (1983-1988).

Professor Ephigênio José Carneiro, catarinense de nascimento e mourãoense de coração, recebeu em agosto de 2005 o título de Cidadão Benemérito de Campo Mourão.

Nos últimos anos participou incansavelmente dos eventos culturais e de resgate histórico, sempre reunindo com eventos festivos os pioneiros de Campo Mourão para relembrares das histórias por eles vividos.

Faleceu dia 25/08/10 com 83 anos, deixando sua esposa Áurea e três filhos: Rubens Fernando, Ricardo José e Roberto Luiz Carneiro.”

Então, estamos protocolando este projeto de lei para nomear o colégio estadual de Campo Mourão como Colégio Estadual Ephigênio José Carneiro. Está sendo dada entrada no projeto hoje aqui, em 31 de agosto de 2010, e esperamos contar com o apoio de todos os Srs. e Sras. Parlamentares, bem como contamos também com a sanção deste projeto de lei pelo Governador.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PPS***

Recebi dos fisioterapeutas do Paraná, através dos profissionais de Campo Mourão, na pessoa do Sr. João Milton, ele que é presidente da Associação dos Fisioterapeutas, um pedido de apoio importante em nível nacional, mas queremos deixar registrado aqui na Assembleia Legislativa.

**(Lê):**

“Segundo João, a fisioterapia atravessa um momento difícil, sobretudo no quesito honorários fisioterapêuticos, que não são reajustados há 17 anos.

Os impostos sob as clínicas de fisioterapia se equiparam aos de uma grande empresa: COFINS: 3%; PIS: 0,65%; Contribuição Social: 2,88%; Imposto Renda: 4,8%; ISS: 5%; INSS s/folha: 35,8%.

A grande maioria das clínicas de fisioterapia têm faturamento mensal abaixo de R\$ 40 mil. Elas recebem das operadoras de planos de saúde entre R\$ 5 e R\$ 12 a sessão.

Pedem mais justiça tributária às empresas - fisioterapia. Outras afins, como clínicas de análises, laboratório, escritórios de contabilidade, já tiveram a situação tributária ajustada.

A ideia é aderir o Super SIMPLES nesse contexto.

O Super SIMPLES ou SIMPLES Nacional prevê a unificação de oito tributos - seis federais, um estadual e um municipal - com o objetivo de desburocratizar a tributação para essas empresas, reduzir a carga tributária que incide sobre elas, aumentar a adimplência fiscal e facilitar a abertura e a regularização de empresas.

Ele faz parte da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que prevê também políticas nas áreas do acesso ao crédito, compras governamentais, tecnologia, desburocratização e representação do segmento. (Fonte SEBRAE/PR)

Confira um exemplo: uma escola de idiomas de São Paulo, com faturamento mensal de R\$ 200 mil, atualmente desembolsa o equivalente a 18,5% de sua receita para recolher separadamente o Imposto de Renda, a contribuição social sobre o lucro, a COFINS, o PIS e o ISS. Se o estabelecimento optar pelo Super SIMPLES, o montante vai cair para 16,85% - uma diferença de R\$ 39 mil e 600 por ano.”

Estamos fazendo o registro e vamos protocolar esse documento junto aos Deputados Federais para que defendam lá em Brasília esta ideia.

Agora quero entrar num tema mais cabeludo, que é essa história dos precatórios. Estávamos numa reunião da CCJ agora há pouco, e lá, pelo que eu percebi, ganharíamos no voto para implantar o decreto de autoria do Deputado Durval Amaral, que cancela o decreto do Governador que está em andamento, beneficiando esse jogo do precatório. A imprensa já está fazendo a cobertura, divulgando e levando a informação. Vários Deputados já se manifestaram aqui na Assembleia sobre esse assunto. Fiz um levantamento, tem umas informações importantes e que esse jogo, me parece que tem farofa nesta maionese. É difícil. Não quero acusar ninguém, mas me chega a informação de que o Sr. Luir Ceschin, que é a pessoa nomeada pelo Governador para cuidar desse processo, desse comitê, e ele na vida profissional defende os interessados também. É mais ou menos aquele cara que cobra o escanteio e vai lá na área para fazer o gol. Nós Deputados temos que tomar providências com relação a isso.

Infelizmente foi adiada a nossa votação lá na CCJ, senão já iríamos fazer esse projeto ser aprovado hoje. Mas aí, por alegar o cumprimento do Regimento Interno, não sei o quê, etc., ficou para amanhã. Amanhã não poderei estar aqui, por um compromisso assumido, mas vou pedir que V. Exa. venha me substituir na CCJ para poder votar esse projeto amanhã às 9h. Votar para que venha para cá e todos os demais Deputados possam opinar sobre isso aqui. Porque o que vejo é o seguinte: se faz um decreto lá sobre os precatórios, para beneficiar algumas pessoas em detrimento de milhares de paranaenses, e aí quando surge um decreto desta Casa para cancelar o decreto do Governo, fica esse jogo de empurra para lá, empurra para cá e não votam esse decreto nosso. Muitos paranaenses estão perdendo com isso.

A Procuradoria Geral do Paraná, que são os profissionais da área que deveriam estar estudando, ganham para isso. Eu vi na internet, não estão mais fazendo parte desse conselho que foi montado pelo Governo, comitê. Não quero acusar ninguém de nada. Mas se fosse uma coisa mais transparente a sociedade iria agradecer. Nós brigamos tanto por transparência, aliás a grande discussão que teve nesse cenário político foi sobre transparência. E cadê a transparência nesse processo? Por que não deixar a Procuradoria, o Ministério Público? Aliás, alertar aqui o Ministério Público, V. Exas. Procuradores do Ministério Público nos ajudem nesse processo. Pedir



esse processo para dar uma olhada. A Justiça também, porque já estou cansado de falar. Falo e parece que entra por aqui e sai por aqui e a coisa continua.

Então, quero que a imprensa nos ajude a cobrar, a divulgar isso, que o Ministério Público possa estar ouvindo hoje, que os Procuradores, que são funcionários do Estado pagos com dinheiro público, que nos ajudem a fiscalizar isso. Porque não sou um técnico da área, mas posso imaginar que tenha farofa debaixo dessa maionese.

Por isso, deixar aqui o registro, não estou concordando com a forma que está sendo feito esse decreto do Governador, e esse nosso que também não votamos. Alguém está ganhando dinheiro público sem merecer.

A nossa preocupação, Deputado Alexandre, é muito grande, porque nós que somos Deputados aqui na Assembleia, muita coisa recai sobre esta Casa. Recai o quê? Cobram transparência, cobram uma série de coisas, a imprensa cobra e tem razão de cobrar. Tem sempre o meu apoio aqui nessas cobranças. Agora, nos ajude a cobrar essa situação do Governador, desse conselho formado pelo Governador na questão desses precatórios.

Ainda não me entregaram a lista dos outros 150 devedores, aqui do ICMS, impostos aqui do Paraná, os principais devedores do Paraná. Chegou a lista com 150 nomes, nós pedimos 300 naquele requerimento. Ainda não chegaram os outros 150. E já tem aí um decreto funcionando.

Vou deixar o meu pedido aqui, encarecidamente: Procuradores do Ministério Público, V. Exas. que têm uma autoridade muito grande, nos ajudem nessa investigação. Sinto que o meu poder, enquanto Deputado, está limitado. Agora, os Procuradores do Estado, os Procuradores do Ministério Público, Justiça, vamos discutir isso, porque senão o povo paranaense será mais uma vez lesado e aí fica de novo a história que alguém pegou dinheiro público para ser beneficiado, e o dinheiro público é para ajudar.

Nós que andamos agora, principalmente, em campanha, quem está fazendo campanha consegue saber a realidade de um posto de saúde que tem uma fila enorme de pessoas para serem atendidas. Um exame demora seis meses para ser feito. Pessoas pedindo emprego, pedindo pelo amor de Deus para trabalhar às vezes de cabos eleitorais, que não têm dinheiro. As pessoas sofrendo toda hora, com dificuldades nos bairros mais humildes de todas as Cidades, e está faltando dinheiro público, investimento nesses setores.

No entanto, nesses projetos, nesses decretos de precatórios, beneficiam os tubarões e o povo sempre leva a pior.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa que está aqui nos assistindo, deixar mais uma vez aqui o nosso pedido registrado, em tom alto e ameno, no aspecto da legalidade, da ética e da transparência. Todos nós queremos saber: por que fazer esse tipo de decreto em final de mandato e ainda, de uma certa forma, excluir a Procuradoria Geral do Estado, que é o órgão responsável para dar opinião sobre a questão da legalidade das ações?

Por que fazer isso em final de mandato? Será que o povo não está sendo prejudicado? Deixo essa dúvida para que o Ministério Público nos ajude a investigar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Chico Noroeste.

## ***Deputado Chico Noroeste (PR)***

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa presente, cidadãos e cidadãs paranaenses que nos assistem neste momento.

O tema que me traz a esta tribuna é para falar mais uma vez sobre o curso de Medicina na UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu.

Mas desta vez vou falar aqui da conquista, porque o Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, na semana passada me informou que o Governo resolveu definitivamente implantar o curso de Medicina na UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu. Quero aqui, inclusive, mostrar a matéria do jornal, porque a notícia foi objeto de manchete no jornal Gazeta do Iguaçu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aqui transmitir mais uma vez essa informação à população paranaense, à população do Oeste do Paraná, do extremo Oeste, as Cidades de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel, Medianeira, Serranópolis, Matelândia, Itaipulândia, Santa Helena, Missal, dessa decisão do Governo. Uma vitória valorosa, uma grande conquista que foi possível graças à uma parceria da Itaipu Binacional com o Estado.

A Itaipu Binacional, uma parceria está formalizada em que a Itaipu Binacional entra com o Hospital Ministro Costa Cavalcanti, que já está equipado, funcionando, um dos melhores hospitais do Estado do Paraná, sem nenhuma dúvida. E o Estado do Paraná entra com o *campus* da UNIOESTE lá em Foz do Iguaçu, que também já está construído; entra também com o curso que já está criado, funcionando há muito tempo, e devido ao nosso gerenciamento a UNIOESTE vai fazer uma extensão do curso existente na UNIOESTE funcionando em Cascavel para a Cidade de Foz do Iguaçu e para o *campus* da UNIOESTE na Cidade de Foz do Iguaçu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para se chegar à esta valorosa conquista tive que promover várias ações. Um projeto de lei como motivação política, mas estou sabendo que por ele se tornar desnecessário, quando o Governo anunciou e informou à população da sua decisão, esse projeto aqui na Casa, que é um projeto autorizativo, tornou-se desnecessário, não precisa mais do projeto.

O Governo utilizou-se apenas do projeto técnico que fiz, que está no Governo, para tomar a sua decisão, que já está tomada, usando o projeto técnico que contratei e também das suas prerrogativas.

Devido à decisão do Governo, o projeto de lei torna-se desnecessário, porque não precisa mais. Pedi para ser retirado de pauta da Comissão de Constituição e Justiça, mas de maneira surpreendente, adversários meus daqui usaram e mandaram publicar na Cidade de Foz do Iguaçu, dizendo que estou desistindo do curso de Medicina.

Isso é brincadeira! O Governo acabou de anunciar definitivamente a decisão de implantar o curso do Medicina da UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu. Como segunda ação nossa, além do projeto de lei que foi uma motivação política, enviamos correspondência à reitoria da UNIOESTE e logo em seguida contratamos um projeto técnico, onde ficou provado, comprovado, que realmente Foz do Iguaçu precisa do curso de Medicina, precisa da extensão do curso já existente em Cascavel para o *campus* da UNIOESTE. E depois, Sr. Presidente, apresentamos uma emenda de R\$ 1 milhão e 800 mil, que hoje consta no orçamento do Estado do Paraná.

Enfim fizemos várias reuniões, na reitoria, no *campus* da UNIOESTE, com o Governador Orlando Pessuti, com a Itaipu Binacional, tanto aqui em Curitiba quanto em Foz do Iguaçu; reunião na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PTB/PR***

Enfim, gestionamos tudo o que foi necessário fazer para se chegar à conquista. Eu fiz. E hoje quero fazer um agradecimento muito especial à todas as pessoas envolvidas nesta grande conquista. Começar agradecendo à diretoria da UNIOESTE, professora Renata, por entender. Quero agradecer à reitoria, ao professor Alcebiades, Reitor da nossa UNIOESTE; ao Pró-Reitor da Graduação, professor Eurides; o Vice-Reitor. Todos eles entenderam e estão empenhados na implantação do curso de Medicina na UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu.

Quero agradecer ao Governador Orlando Pessuti por entender, por determinar que fossem agilizados os estudos para que o curso de Medicina fosse - e será - implantado no menor prazo de tempo possível.

Quero agradecer o Diretor Geral da Itaipu Binacional, Jorge Samek, porque desde quando lhe falei sobre o projeto, inclusive por telefone, já declarou seu apoio quando estive em reunião com ele na Itaipu Binacional. Fez questão de declarar para a imprensa o seu apoio pessoal, o apoio da Itaipu Binacional, do Hospital Costa Cavalcanti, para que seja colocado à disposição do Governo do Estado, à disposição da UNIOESTE. Por isso, nosso muitíssimo obrigado ao Diretor Geral da Itaipu Binacional, Jorge Samek. Porque se não fosse a força, a parceria da Itaipu Binacional, essa determinação, ficaria muito difícil de ser implantado o curso de Medicina na UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu.

Quero agradecer ao Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, pela sua sensibilidade pelo seu bom senso, pela agilização, porque conseguimos esta

conquista num tempo recorde, num prazo muito curto. E hoje, para nossa felicidade, para nossa satisfação, já podemos comemorar com a população de Foz do Iguaçu, com a população do extremo Oeste do Paraná essa grande conquista, essa grande vitória.

E quero aqui, inclusive, falar palavras do próprio Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que quando afirmou a implantação do curso de Medicina na UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu, ele disse mais: o vestibular de Medicina deverá - não é que poderá - é que deverá sair, sem dúvida nenhuma, no menor prazo de tempo possível, nos próximos meses.

Esta é a palavra do Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Portanto, considero aqui vencida mais uma luta, considero que o nosso trabalho foi frutífero e hoje podemos comemorar mais essa conquista. E agora os filhos de Foz do Iguaçu, os filhos da população do extremo Oeste do Paraná, podem contar com mais essa conquista. Eles poderão fazer esse curso, que é nobre, lá na sua Cidade. Os filhos de Foz do Iguaçu vão poder fazer Medicina na sua Cidade e assim vai acontecer com os outros Municípios, como Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, enfim, todos os Municípios do extremo Oeste do Paraná. E a Cidade de Cascavel, que já está servida, que já tem o curso há muito tempo funcionando, vai continuar com o curso e vamos contar com a extensão do curso de Medicina na UNIOESTE, *campus* Foz do Iguaçu.

Agora o Governo do Estado está corrigindo uma injustiça, porque a Cidade de Foz do Iguaçu merece, porque todas as Cidades grandes, do porte de Foz do Iguaçu, já possuem curso de Medicina. Londrina já possui há muito tempo, Maringá já possui também há muito tempo, Cascavel também, por último também Ponta Grossa e agora, definitivamente, o Governo do Estado, através do nosso amigo Governador Orlando Pessuti, desse Secretário extraordinário, o professor Nildo, conseguimos mais essa conquista e agora vamos enfrentar o desafio, junto com o Secretário, para que o vestibular seja feito no menor prazo possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Srs. Deputados. É mais uma conquista para a população de Foz do Iguaçu e para a população do extremo Oeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Deputado Enio Verri, Deputado Elton Welter, colegas e paranaenses que nos acompanham.

Na semana passada tivemos Sessão nesta Casa na segunda e na terça, e a Sessão de quarta foi antecipada.

Mas, em que pese o ano eleitoral, na minha opinião pega muito mal para esta Casa a suspensão das Sessões porque os Parlamentares são candidatos à reeleição. As Sessões aqui ocorrem na segunda, na terça e na quarta, e o candidato tem tempo na quarta à noite, na quinta, na sexta, no sábado, no domingo e na semana que vem temos dois feriados. Acho que temos mais é que ter Sessões e trabalhar. Pega muito mal para todos nós explicarmos para o povo que aqui trabalhamos só dois dias por semana. Aí a classe política permanece em permanente desgaste. Por mim até poderia ter Sessão de segunda a segunda, até no domingo. Poderíamos excluir o domingo e o sábado, mas Sessão apenas dois dias por semana não é legal e não pega bem. Temos mais é que trabalhar.

A Folha de Londrina traz aqui: *Relação dos pais define inteligência do filho*. O Deputado Marcelo Rangel, que virou pai há pouco tempo, está interessado. Aqui fala que o filho é movido a afeto. E também está aqui na Folha de Londrina com relação ao tempo seco: *Estiagem movimentada postos de saúde e muda até a rotina das escolas*. Deputada Rosane Ferreira, a senhora que será Deputada Federal, esta estiagem está trazendo um grande prejuízo para a agricultura, para a pecuária e também para a saúde do povo. De vez em quando estamos vendo em Cidades do Paraná a umidade relativa do ar às vezes em 13, 14, 15, 19%, quando o ideal é uma umidade do ar de 70%. Isso tem afetado muito a saúde do nosso povo.

Do Adilson Braz Gonzaga. Diz aqui: *Agradeço por terem aberto o meu e-mail e pela atenção dispensada. Creio que não é do seu conhecimento, Deputado Antonio Belinati, moro numa região humilde de Curitiba, e quando a mim foi solicitado, de madrugada, altas horas da noite, socorro à uma mãe que estava desmaiando de minuto em minuto por ter perdido um filho vítima de uma bala perdida, de um tiro disparado por bandidos traficantes de drogas - isso aconteceu na região da CIC, Cidade Industrial de Curitiba - fui eu, com o meu carrinho velho, levar essa mulher à uma unidade de saúde mais próxima para que, no mínimo, fosse medida a sua pressão. Me espantei e me gerou indignação ao estar num posto de saúde, que tanto se fala, aqui na unidade do Barigui, onde as atendentes têm medo até de ir ao trabalho. Deputado Belinati, me causa indignação ligar a TV e ver pessoas honestas, que estão no poder, eleitas por nós, mandando abraços aos compadres, tendo em vista a situação tão ridícula quanto a que nós vivemos e presenciamos na Cidade Industrial de Curitiba*.

Então está aqui a violência. E tem toda razão o Sr. Adilson Braz Gonzaga. É um cidadão que tem que ser ouvido por nós e pelas autoridades.

Os traficantes de drogas infelizmente estão infernizando a Polícia, matando policial, como mataram outro dia meu amigo delegado Zuba, e vários outros policiais que às vezes têm que sair escondidos do trabalho, esconder até a farda da Polícia de medo de uma reação. Então o nosso respeito aos policiais. Daqui a pouco vamos votar aqui uma matéria de interesse da Polícia Militar. É nosso dever apoiar a Polícia Militar, a Polícia Civil, as nossas autoridades, em especial ao combate ao tráfico de drogas.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

Temos aqui um pai indignado. *Deputado Belinati, moro no Estado de São Paulo, e conversando com a minha filha que mora em Campina Grande do Sul, aqui na Região Metropolitana de Curitiba, fiquei estarrecido pela ausência de ações por parte da Polícia daquela região, além de fatos criminosos constantes e recorrentes. Somente para ilustrar, a linha de ônibus Curitiba-Timbu, que a minha filha utiliza para se deslocar ao trabalho, tem uma média de 10 a 15 assaltos por mês. Imaginem o desespero do motorista, do cobrador, dos passageiros, da família também. Esse fato continua acontecendo continuamente em outras linhas que seguem trajetos parecidos, e em trechos que a Polícia sabe e não toma nenhuma atitude para proporcionar mais segurança e tranquilidade aos usuários. Minha filha me disse que já fizeram várias denúncias, porém sem nenhum resultado prático por parte das autoridades. Pessoalmente ela já teve de passar pelo perigo de ter uma arma apontada para sua cabeça. Está aqui um pai preocupado com sua própria segurança e a segurança da filha.*

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Deputado Belinati, acho muito importante a sua participação na tribuna quando V. Exa. traz os e-mails que recebemos através dos nossos gabinetes. Também recebo muitos e-mails, mas como já se tornou marca registrada do Deputado Belinati, passo a bola para V. Exa. para que possa trazê-los aqui na Casa do povo. Mas já deu para perceber que em todo Estado do Paraná se fala do problema de Segurança Pública. Estou muito preocupado! É uma preocupação não só dos Parlamentares, mas de todo cidadão, principalmente com relação à proliferação do crack. Lembro da época que fazia meu segundo ano, que um palestrante falou a respeito dessa droga, que ela estava chegando e que seria o inferno para o nosso País. Hoje estou percebendo que esse crack está até mesmo nos canaviais, na área rural. Pessoas colhendo feijão e consumindo crack, temos aqui comandantes na plateia que confirmam essa informação.

A taxa de violência, em todo o nosso Estado, está subindo muito, justamente devido ao tráfico de drogas, principalmente ao terror do crack. Acho que o Governo do Estado tem que ter responsabilidade. Estamos vendo, nas campanhas eleitorais para presidência, que os candidatos estão preocupados com a questão das clínicas públicas de reabilitação. Mas também temos que ter responsabilidade no Estado do Paraná. Implantar clínicas de reabilitação aqui no nosso Estado.

Também o que se pede muito nas ruas, estamos conversando com pessoas, não só a volta dos módulos policiais, que foram abandonados por este Governo, a pre-

sença do policial junto à comunidade. Programas sociais de sociabilização entre o policial e a comunidade, entre jovens e policiais. Isso nos pedem muito, mas também os cursos profissionalizantes, para que esses jovens que não podem trabalhar tenham uma ocupação através de cursos, para que tenham uma boa oportunidade no futuro. Tenho uma preocupação e V. Exa. também, que já fez diversos pronunciamentos com relação a esse problema grave que se estendeu em todo o Estado do Paraná, em todas as Cidades, pequenas e grandes, que é a questão do tráfico de drogas, principalmente do crack.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, Deputado Marcelo Rangel. Alô, SANEPAR! Estão servindo água para o povo da zona norte de Londrina com barro, suja! Em nome da população da zona norte de Londrina, um apelo para a SANEPAR, para servir água limpa à população.

Em Belém do Pará um Pastor foi preso - que bom que foi preso - porque chegou no balcão da TAM, Pastor Petrônio Alves da Silva, de 40 anos, virou para a moça do balcão da TAM e disse: "Sua pretinha folgada!" Racista! Isso é Pastor do inferno! Porque Pastor tem que pregar o amor, o que Deus exige de todos nós, em especial do líder religioso.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Apenas para destacar, Deputado Antonio Belinati, quando V. Exa. fala sobre a Polícia Militar. Nós que acompanhamos um pouco mais o trabalho dela, sabemos que vários de seus programas acontecem, como a Patrulha Escolar, que se desenvolve dentro das escolas, instituído pela Polícia, que visa mostrar aos jovens, principalmente, a importância de não consumir droga. Esse é um belíssimo trabalho da Polícia Militar, como outros programas que são feitos com jovens, que são maravilhosos também, que já existem e acontecem. Então, não podemos dizer que nada é feito. Sem contar o Projeto POVO que está aí, que tem intenção comunitária.

Quem conhece a questão dos cursos profissionalizantes, principalmente, Ponta Grossa que agora vai completar mais um ano de emancipação, no dia 15 de setembro, sabe que neste Governo, o Governador Requião comprou o Seminário Verbo Divino, que hoje tem mais de 700 alunos fazendo aquilo que chamamos de curso profissionalizante. São mais de 700 pessoas que estão fazendo cursos, em Ponta Grossa, que não existiam.

É claro que é preciso melhorar, com mais gente na Polícia, mais programas e pagar melhor - já aprovamos uma PEC. É importante dizer que infelizmente tem pessoas que parece que não conhecem o que estamos vivendo e só querem falar mal! Esse é um defeito dos maus políticos.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, nobre Deputado.

Sr. Presidente, além de pedir para corrigir o problema da água suja, que está sendo servida para Londrina, fazer um apelo ao Tribunal Superior Eleitoral.

A Justiça Eleitoral lançou uma propaganda ofensiva aos dentistas de todo o Brasil. Está passando um comercial de 30 segundos na tevê e no rádio, a noite toda, de um falso dentista que aplica, ao invés de anestesia, uma substância em que o paciente passa a ter amnésia por quatro anos. O nosso apelo é para que o TSE retire do ar essa propaganda, que é maldosa, infeliz e agride os profissionais da área de Odontologia de todo o Brasil. É uma propaganda mal feita, inconveniente, que utiliza uma categoria que merece todo o respeito, a dos dentistas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Cheida.

**Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)**

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Pares.

Tenho defendido aqui, muitas vezes, que não basta criarmos leis que punam as pessoas, como por exemplo a Lei de Crimes Ambientais, que é boa, mas tem apenas um lado da moeda, que é punir quem faz o errado. É fundamental que possamos bonificar quem faz o certo, porque muitas vezes tem aqueles que fazem o certo, e durante toda a vida erram uma vez em alguma coisa e são punidos, mas nunca receberam pelos benefícios que prestam. Nesse sentido, já apresentei à Casa vários projetos de lei, como pagamento por serviços ambientais, reserva legal sustentável e tantos outros.

Subo à tribuna para parabenizar o Governo do Estado, que nesse último dia 16 de agosto editou o Decreto nº 8018, que regulamenta o ICMS, no seu Anexo 03, dando um desconto para as indústrias que utilizarem cerca de 75% de sua matéria-prima decorrente da aquisição de material reciclado. Ou seja, o ICMS está sendo reduzido para aquelas empresas que usarem, nos seus processos industriais, material reciclável. O que vai ao encontro do que acabei de dizer: bonificar quem está fazendo certo.

Entretanto, Sr. Presidente, nesse decreto há um equívoco de redação, e por isso quero encaminhar hoje um requerimento ao Sr. Governador, pedindo a retificação do decreto. No decreto ele diz que estabelece às indústrias de material reciclável de papelão ou de resíduos plásticos oriundos da indústria de reciclagem de papel, ou seja, ele fala de papelão, fala de papel e plástico, mas termina a redação do mesmo decreto dizendo que sejam materiais oriundos da indústria de reciclagem de papel, o que pode, naturalmente, como todo tributarista vai ao pé da letra dos decretos, fazer com que ele seja inócuo, ou que, procurando beneficiar quem faz o certo na reciclagem de papel, papelão e plástico, beneficie simplesmente os dois primeiros.

Por isso, Sr. Presidente, nobres Pares, estamos propondo então que seja imediatamente corrigido o que acho que é um erro de redação, mas aproveitando o mesmo decreto que fala da dilação do prazo do ICMS para maio de 2011, ou seja, até o ano que vem, estamos propondo uma alteração sugerindo que essa dilação vá até o ano de 2014, isto por um motivo muito simples: muitas empresas, Deputado Marcelo Rangel, que poderiam vir ao Paraná por esses incentivos, como o prazo é muito curto, seis meses, acabarão não vindo; outras que poderiam mudar o seu processo produtivo utilizando matérias primas recicláveis, incorporando na cadeia produtiva novamente, podem não ter tempo de fazê-lo.

Então, se o benefício realmente é visível, e acredito nisto, que ele seja extensível e seja de bom senso para que as empresas possam, se colocando no mercado desta forma, a chance de usufruírem desse benefício.

Por isso, Sr. Presidente, nobres Pares, estamos sugerindo duas alterações: uma na dilação do prazo até maio de 2014 e a outra uma correção simples da redação, sem o qual o decreto não conseguirá atingir os seus objetivos.

No mais, gostaria de parabenizar o Governador, o Secretário da Fazenda, Heron Arzua, pela sensibilidade para com essa matéria.

E claro, não poderia deixar também de estender meus cumprimentos ao Dr. Jorge Calado, que é o Secretário do Meio Ambiente do Estado e que, sem dúvida nenhuma, tem se preocupado muito com essas questões e muito provavelmente tenha sugerido ao Governo e ao próprio Secretário da Fazenda esse decreto.

O fato é que estamos vendo aqui acontecer uma questão extremamente lógica, sensata e boa ao Paraná. Vamos punir quem faz o errado, mas vamos bonificar quem faz o certo. São os dois lados de uma mesma moeda e quem ganha com este jogo é o Paraná e o seu ambiente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

### ***Deputado Rafael Greca (PMDB)***

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, paranaenses que nos ouvem e assistem pela TV SINAL.

Nesta caminhada democrática temos andado pelo chão de fábrica e temos visitado as indústrias de Curitiba, Região Metropolitana de Curitiba e algumas indústrias também das chamadas Cidades do interior do Paraná. E o que se percebe no chão de fábrica é pujante realidade de prosperidade e de progresso econômico do Paraná e do Brasil.

Eu anotei aqui alguns dados que quero compartilhar com a Assembleia e com os paranaenses que me ouvem.

Na Eletrofan, fábrica da Cidade Industrial de Araucária, capaz de fabricar motores de locomotivas, fábrica 40 motores de locomotiva por mês, um modelo de motor semelhante ao da General Motors, desenvolvido a partir de uma tecnologia do engenheiro mecânico italiano, Marino Stolfi, de genial perspicácia. Nessa fábrica temos 80 empregados trabalhando pujantemente, gerando além de seus empregos renda e empregos indiretos para a economia do Paraná. Essa fábrica poderia perfeitamente, por exemplo, fazer motores para um metrô de Curitiba, que não precisariam ser comprados com tecnologia estrangeira. Poderiam ser acoplados à carrocerias feitas no Brasil, a exemplo do que fizemos com os ônibus biarticulados, criados aqui em Curitiba, os motores desenvolvidos pela Volvo, na época sob controle sueco e as carrocerias desenvolvidas no Brasil, seja na fábrica que existe em Caxias do Sul, seja na fábrica que existe em Cascavel, no nosso Paraná.

Na Induspel, em Morretes, uma recicladora de papel, a única recicladora de papel do litoral, vimos perto de 320 empregos indiretos e 80 empregos diretos, ou seja, 400 empregos. O único senão é que essa fábrica está ameaçada de interdição ambiental, embora exista desde 1908 às margens do rio Nhundiaquara, mas um energúmeno qualquer resolveu protestar contra a fábrica e aplicar a ela o moderno Código de Meio Ambiente. O que me leva a dizer que é preciso que o IBAMA e também o IAP tenham noções de ecologia humana e percebam que fábricas em circuito fechado não fazem mal, sequer mal a lugares que são verdadeiros santuários, como é o caso da bucólica e pequena Porto de Cima, onde nasceram os meus antepassados da família Macedo e onde existe a fábrica Induspel.

A Gelopar, fábrica que faz 100 geladeiras por mês, também na Cidade Industrial de Araucária, eles tinham há quatro anos 500 empregados e hoje têm 726. Eles chegavam de bicicleta, havia um imenso bicicletário no pátio de fábrica, e hoje o bicicletário foi substituído por um imenso estacionamento.

Também visitei a Mastercorp, uma fábrica com 80 funcionários que faz filmes de impressão de transferência térmica para código de barras, faz fax, DVDs players, rádios, e funciona ao lado da igreja matriz da Paróquia de Nossa Senhora da Cabeça, na rua Nossa Senhora da Cabeça, na frente do Conjunto Rondon na CIC.

Visitei ainda a Eletrofrio, fábrica que há dois anos tinha 400 funcionários e hoje tem 600, graças aos financiamentos do BNDES, através do FINAME, concendidos pelo Presidente Lula numa política muito inteligente de ampliar os mercados do Brasil. Então, multiplicou-se o número de empregados, pela virtude do Governante que faz a felicidade do povo quando acerta em correta política econômica.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do Governo***

Mas a virtude do Governante e a felicidade do povo se materializa de forma mais extraordinária na fábrica de colheitadeiras e tratores CNH New Holland, na CIC, na avenida JK. Essa fábrica tem 1 mil e 200 funcionários diretos que dobram o aço, esculpem e aço e montam as colheitadeiras e os tratores. Essa fábrica faz os tratores rurais concedidos aos pequenos agricultores pela acertada política do Presidente Lula, do ex-Governador Requião e felizmente continuada pelo atual Governador Pessuti.

Pois bem, quando terminei a visita à fábrica o italiano, que é o diretor e meu amigo pessoal, me disse: “Volte daqui a um mês.” Eu disse: mas porque voltar daqui a um mês se eu já falei com todo mundo e fui muito bem recebido? Ele disse: “Volte daqui a um mês, porque em setembro empregaremos mais 800 funcionários.” E por que mais 800 funcionários? Porque agora o Governo Federal começa a financiar colheitadeiras agrícolas feitas em Curitiba para serem compartilhadas com os agricultores lá nos campos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A felicidade do povo faz-se com a virtude dos Governantes. Acerta o Governo Federal em abril amplas linhas de crédito para fabricação de bens de consumo industrial que possam gerar empregos a mancheias.

### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Deputado Rafael Greca, falando sobre um assunto importante, setor produtivo, industrialização, estamos também visitando muitas indústrias. Há dois dias atrás eu estive visitando as indústrias madeireiras da região dos Campos Gerais e do Norte Pioneiro. Pude perceber que as indústrias madeireiras empregam muitos cidadãos. Cada serraria emprega em torno de 50 a 100 funcionários, isso sem falar nos empregos indiretos. As serrarias estão passando por um problema meio grave com relação ao valor pago pela energia elétrica. É muito caro, hoje, ter uma serraria, gasta-se muito com energia elétrica. E até recebi algumas ideias, algumas proposições dos empresários, para que se adotasse uma espécie de programa governamental que desse algum tipo de desconto com relação à aquisição de energia elétrica pela COPEL, e em troca abrissem frentes de trabalho, mais empregos para esse setor madeireiro. Estamos estudando algo assim e gostaria inclusive de dar essa ideia e pedir o seu apoio.

### **O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)**

Poderiam as serrarias compartilhar o desconto da eletricidade, por exemplo, no período noturno, fazer como se faz com a eletricidade agrícola rural noturna, ou então, compartilhar com a COHAPAR, por exemplo, pagando a sua tarifa de energia elétrica com madeira para construção civil.

### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Muito boa ideia. Gostaria muito de poder assinar um projeto nesse sentido. E gostaria também de deixar registrado que o senhor falou a respeito de mais empregos...

### **O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)**

Falo na virtude do Presidente Lula em financiar linha de produção, por exemplo geladeiras para supermercado, de tratores para o campo, porque isso significa prosperidade no campo e emprego aos milhares nas grandes Cidades.

### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

E é importante dizer que aqui no Estado do Paraná temos uma lei em vigor, que é a lei do emprego e tenho muito orgulho de poder ter assinado a emenda da lei do emprego, que garante benefícios fiscais para essas indústrias que estão empregando 10% a mais na folha de pagamento.

### **O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)**

V. Exa. fala da PEC do pleno emprego que foi proposta pelo ex-Governador Roberto Requião.

### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

A lei do emprego foi proposta ainda nesta gestão acerca de um ano atrás e fiz uma emenda. A emenda é muito importante para que as indústrias, pequenas e médias empresas também, se beneficiem desta lei que está em vigor no Estado sobre benefícios fiscais para aqueles que aumentarem as frentes de trabalho do nosso Estado.

Obrigado.

### **O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)**

Agradeço o seu aparte Deputado Marcelo Rangel.

Por último quero dizer que até nas entranhas da terra manifesta-se a política do pleno emprego. Visitei também a mina Tapiporã. A mina de Ouro Fino que além da fonte de água mineral da Ouro Fino e nas encostas da escarpa devoniana de São Luiz do Purunã, leva perto de 800 homens diariamente as entranhas da terra, a 900 metros de profundidade para moerem o granito, o calcário, a pirita (sic) a dali extraírem um ouro muito tênue que foi chamado pelo descobridor de ouro fino. Dezoito toneladas de pedras fazem um quilo de ouro.

No entanto 800 homens estão nesta mina Tapiporã aqui na serra entre Curitiba e Ponta Grossa, na encosta chamada Purunã, depois da fonte de água mineral da Ouro Fino.

Enchesse de alegria o meu coração paranaense, enchesse de amor a nossa terra, pela oportunidade de compartilhar com vocês que me assistem pela televisão e com os Deputados e paranaenses que estão aqui nesta Assembleia, este momento bonito da nossa história econômica. A felicidade do povo só pode nascer da virtude dos governantes e, é a virtude dos governantes que deve ser perseguida no momento da escolha eleitoral.

Era isso, Sr. Presidente, boa-tarde.

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, no Grande Expediente, Jocelito Canto.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na Ordem do Dia de hoje - agora há pouco vi alguém que não lê a Ordem do Dia. Deputado pelo menos tem que ler a Ordem do Dia.

A Ordem do Dia de hoje, Sr. Presidente, tem um projeto do Governo interessante, que ele vai ao encontro do discurso sobre a questão do menor infrator. Um projeto do Governo do Estado que amplia: ficam criadas 700 vagas de auxiliar administrativo, aprendiz e demais ocupações adquiridas no cadastro brasileiro de ocupações respeitando o decreto do âmbito da Administração Pública Estadual. São 700 vagas para menores aprendizes. Aqueles que estão com o conflito da lei.

Agora há pouco vi alguém lamentando que o Estado não faz nada pelos cursos profissionalizantes. Está na Ordem do Dia de hoje, item 10: objetiva modificar o artigo 5 da Lei Estadual de Aprendizagem para adolescentes em conflito com a lei.

Em Ponta Grossa tem 700 vagas de cursos profissionalizantes, no Seminário. Quem conhece Ponta Grossa conhece isso. Quem não conhece só faz discurso.

Sr. Presidente, queria fazer uma consulta a V. Exa. hoje, evidente que é um tema bastante polêmico. Entrei aqui com um requerimento no dia 15 de junho de 2010, faz dois meses que protocolei este pedido e vamos hoje votar pela terceira vez a Lei da Transparência, que diz que temos que cumprir a lei. Mais uma lei em cima da lei, que acho que é inconstitucional.

Tão logo o cidadão que está ali no Palácio provisoriamente, Pessuti, ele assine o decreto, decretando que é lei no Paraná. Amanhã ou depois vou ao Poder Judiciário com uma ADIN, que acho que é inconstitucional, vou provocar o Poder Judiciário para ver o que diz.

Sempre tenho dito aqui Deputado Greca, V. Exa. que é muito amigo da Desembargadora Portes e tem uma amizade profunda. O Deputado Belinati não tem, já tem problemas com a Desembargadora Portes.

Chama-me atenção que querem a transparência total, não precisamos de novas leis, Deputados, precisamos cumprir o que tem.

Estou querendo saber e ninguém me informa, não sei quem manda mais aqui. Porque estou com um requerimento há dois meses e não consigo saber quanto cada Liderança tem de salários, as Lideranças dos partidos aqui na Casa. De que adianta ser Deputado aqui na Casa, se o Deputado não consegue pegar as informações. Que adianta lei, se eu Deputado que quero fiscalizar, quero

saber quanto cada partido recebe aqui na Casa, desanimo. Porque temos o PMDB que tem 18 Deputados e recebe um X, recebe quanto? Vejo partidos que tem três Deputados que recebe o mesmo quanto.

Mas a lei diz que pode sim! Mas vejo muito partido por aí, fazendo discurso limpinho, bonitinho, mas que está pegando dinheiro da Assembleia.

Presidente, se eu não puder pagar um requerimento aprovado em Plenário e saber quanto é cada cargo desses, vou para casa, vou abandonar isso aqui, não quero mais ser Deputado. Faz dois meses que pedi e ninguém me informa quanto recebe o PMDB, quanto recebe o PT, quanto recebe os partidos, os blocos.

Não precisa de nova lei, acabou. Não adianta, não cumprimos as leis. Um Deputado está aqui querendo saber quanto fatura cada partido, fora o gabinete e não consegue. É legal? É moral? Se é moral, imoral, sei lá. Quero saber quanto cada partido está recebendo hoje. Não adianta votar a Lei da Transparência, se o Deputado Jocelito não consegue ter acesso a quanto uma liderança está recebendo. Tem partido aí que está fazendo discurso na televisão limpinho. Mas recebe aquilo que os outros recebem também.

Está na hora do povo saber disso, para acabar com o falso moralismo de alguns cretinos que dizem que não recebem. Depois o Presidente do partido não tem um motorista que trabalha aqui na Assembleia.

Sr. Presidente, peço a V. Exa. que mande me informar, acho que é um direito que cabe a um Parlamentar saber quanto está recebendo cada liderança. Quero saber qual é o valor. E se recebe, não é desleal isso, errada a lei. O PT tem nove Deputados e recebe o mesmo valor de liderança. O PMDB tem 18 e recebe o mesmo que o PPS que tem três Deputados. O povo precisa saber disso. Transparência é transparência, não precisamos de novas leis.

Precisamos mostrar para o povo, que muitos cretinos que fazem discurso aqui recebem o mesmo que partidos que tem 18 Deputados e daí racha o dinheiro da liderança. Racha o dinheiro da liderança sim, divide entre si e cada um nomeia os cargos.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (***Pela Ordem***)

Estou ouvindo e concordando com o que diz o Deputado Jocelito Canto e gostaria de requerer que fosse colocado no portal da internet da Assembleia todos os dados que S. Exa. está referindo, para que não paire sobre a Assembleia nem sobre a Mesa qualquer vezo de suspeição. Acho que ele tem toda razão no que diz e, acho que isto deve ser colocado no Portal da Transparência. Aliás, tudo deve ser colocado no Portal da Transparência. Porque senão, estaremos fingindo que somos o que não somos ou estaremos sendo coniventes com as manchetes de jornal, que dizem que queremos esconder alguma coisa.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Realmente, cabe a questão de ordem de V. Exa., Deputado Rafael Greca de Macedo. Realmente, o Deputado Jocelito Canto está coberto de razão. Quando foi feito o Portal da Transparência, ficou acordado entre as lideranças o que realmente diz o Deputado Jocelito Canto, que a meu ver também tem uma pitada de injustiça, porque todas as lideranças de partidos recebem o mesmo valor. O mesmo valor. O PMDB, por exemplo, já pleiteou que houvesse esta proporcionalidade e não foi acolhido. Mas, existem partidos com três Deputados, outros com 12 e todos recebem a mesma importância.

Realmente é uma pitada de injustiça. Mas, na época em que foi feita, ficou acordado que todas as lideranças dos partidos receberiam igual. E não sei, confesso, porque não constar isso no Portal da Transparência. Porque é muito claro. Realmente, todos os partidos recebem o mesmo valor. E aqui entre nós, não me parece também muito justo que não haja esta proporcionalidade que foi aventada pelo Líder do Governo, naquela ocasião, que achava que o PMDB, por ter mais Deputados, deveria receber a maior. Isto não ocorreu.

Então, V. Exa. está com a razão, como também cabe a questão de ordem do Deputado Rafael Greca de Macedo. Mas, não está se escondendo nada, porque foi feito entre as lideranças, naquela ocasião, uma reunião onde ficou definido que cada liderança de partido receberia X.

**O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)**

Se cabe a argumentação do Deputado Jocelito Canto e se cabe a minha questão de ordem e se a internet é em tempo real, ainda antes que o sol se ponha, mande colocar no Portal da Transparência os valores.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Não vejo dificuldade alguma. Não sei de cabeça quanto cada partido recebe. Talvez algum líder de partido possa me auxiliar e dizer.

**O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)**

Ia solicitar um aparte ao Deputado Jocelito Canto, mas está na Lei nº 16390, que aprovamos aqui, detalhados os valores das lideranças. Acho que talvez não seja isto a que se refira o Deputado Jocelito Canto, porque os valores de cargos estão detalhados naquela Lei nº 16390. Há, além daqueles casos, obviamente, outros valores, que me parece sejam estes que o Deputado Jocelito Canto gostaria que fossem esclarecidos, como combustível, por exemplo. Se há combustível, cotas de selos, se estas cotas existem, qual o valor destas cotas. Concordo também com V. Exa. Presidente, e com o Deputado Jocelito Canto, estamos numa fase positiva que faz com que possamos colocar todos os valores.

Vou propor, V. Exa. citou o Partido dos Trabalhadores, que façamos uma reunião com o PT e coloquemos na nossa página, independente da Assembleia em tempo

real colocar ou não, mas que possamos colocar na semana que vem todos os valores gastos na nossa página. Acho que este é o caminho das lideranças. Da Liderança do Governo, da Liderança da Oposição, da Mesa Diretora, resolvemos tudo de uma vez só.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Sr. Presidente, só estou falando isto porque estou vendo alguns Deputados por aí fazerem discurso lá fora, sempre batendo na gente, dizendo que somos “ficha suja”. Tenho visto isto. Agora, é preciso mostrar para o povo que tem alguns aqui que poderiam - se acham que são tão éticos - não receber essa liderança. Tem coisa que é legal, mas que é imoral.

Então, tem Deputado que faz discurso lá fora, e lá fora agora em época de campanha é bonito falar mal da Assembleia. O que eu falo aqui, falo lá e o que falo lá, falo aqui. Então, tem Deputado dizendo aí, mas o povo tem que saber que o partido dele recebe uma liderança igual ao PMDB, que tem 18 Deputados, e que a liderança as vezes serve para nomear o motorista do Presidente do partido, que é um partido limpo. Essa que é a verdade!

Então, acho que está na hora de acabarmos com essa hipocrisia aqui. Acho que tem que mostrar. Quanto recebem as lideranças? Publica isso. Não precisa de uma nova lei, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

As lideranças de todos os partidos fizeram um acordo e cumpriu-se esse acordo. Pois muito bem, o Deputado Rafael Greca fez uma sugestão que achei ótima. Ainda hoje vou mandar colocar...

**O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)**

Para que se cumpra o Evangelho: *Todo o povo tem que conhecer os sepulcros caiados por fora e podres por dentro.*

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Falo a seguinte questão: Deputado Enio Verri, líder do seu partido, quanto recebe a Liderança do PT por mês?

É o valor que todos recebem. Todos recebem igual. Ninguém recebe a mais ou a menos do que o outro.

**O SR. ELTON WELTER (PT)**

Sr. Presidente, tem uma resolução que não me lembro o número que define claramente quanto é por cada liderança. Na nossa liderança, se não me falha a memória, são 12 funções e acredito que nem todas estão nomeadas.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Mas quanto é por mês?

**O SR. ELTON WELTER (PT)**

São as gratificações dos cargos...



O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Estou cobrando o Presidente, que não sabe...

O SR. ELTON WELTER (PT)

Tem várias resoluções que foram votadas, Deputado Jocelito. O senhor sabe muito bem.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Só estou perguntando qual é o valor.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Tem os Gs, de acordo com a função.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Jocelito, V. Exa. queria criar confusão e já criou.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não, não é confusão. Não estou criando confusão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Muito que bem, V. Exa. aprovou aqui neste Plenário o projeto de resolução, depois de um acordo entre as lideranças dos partidos, disponibilizando a cada partido “X” que confesso não saber o valor. E não sei o valor porque não recebo isso. Quem faz parte da Mesa não faz parte de liderança alguma, porque se eu fizesse parte da liderança saberia quanto recebo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, o que estou dizendo aqui é o que todos nós sabemos. V. Exa. não sabe de muitas coisas que acontecem aqui. Não estou atacando o senhor, mas estou dizendo que tem coisas que o senhor não sabe e o senhor acabou de pedir ao Presidente do PT qual é o valor. Tudo bem, aprovamos uma resolução. Por isso que quando se fala em transparência, não precisa de uma lei nova. Precisamos cumprir a lei.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Todos os partidos recebem igual. Nenhum recebe nem a mais, nem a menos do que outro. Isto é fato.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas qual é o valor?

O SR. ENIO VERRI (PT)

Deputado, o senhor me permite?

(**Assentimento**)

Sendo muito rápido e sem entrar no mérito do debate que V. Exa. coloca, que é muito justo, só queremos colocar que conversei com os colegas Deputados e foi uma falha nossa porque todos nós Parlamentares colocamos em seus respectivos sites toda a relação de servidores e seus salários e da liderança, por uma falha, não colocamos. Mas, isso aí é público e esse valor é exatamente igual para todos. Em que caiba a sua crítica, que é

justa, sobre a proporcionalidade, todos recebemos os mesmos valores e isso é público e está na lei que foi aprovada aqui. Só quero deixar claro isso.

Agora, realmente, se você me perguntar exatamente quanto, isso no nosso dia a dia nem acompanhamos e não colocamos isso. Mas, uma coisa que quero deixar claro, até para quem está nos ouvindo, é que a partir de hoje terá no site do Partido dos Trabalhadores a relação nominal de todos que trabalham na Liderança, com os seus respectivos salários como já fazemos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ótimo, perfeito. V. Exa. tem mais um minuto Deputado Jocelito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O debate está bom hoje Presidente, está bom porque nós estamos mostrando o que tem que mostrar, não adianta Lei de Transparência, tem que cumprir a Lei. Sr. Presidente, o senhor falou em justiça, que eu cometi uma injustiça. Eu não cometi injustiça nenhuma, eu não considero que cometi injustiça com ninguém. Eu acho injustiça o Partido que tem 18 Deputados receber o mesmo valor daqueles que têm três. Mas isso é um erro tradicional, uma lei errada nossa. Mais uma vez eu mostro que tem coisas que acontecem aqui que o Presidente Nelson Justus não sabe, e uma dessas é isso agora que o Presidente do PT acabou de mostrar, e eu não sei quanto que é o valor, vamos ver à tarde se saberemos o valor. Porque tem Partido que faz discurso bonitinho, bacana, mas chega fim do mês e pega a liderança.

E daí vai lá fora e faz discurso que a Assembleia é uma porcaria, que só tem não sei o que aqui dentro, que tem gente que é limpinho, Sr. Presidente, para finalizar, precatórios. Eu vi, eu assisti gente falando mal desta Casa, dando cacete em nós aqui, dizendo que os Deputados estão todos errados, 100 milhões de desvio da Assembleia, um monte de confusão. Agora, tem gente que estava falando mal dos desvios da Assembleia, mas que também deve ao Paraná, não paga as suas contas, e é muito mais que 100 milhões. Gente que não quer pagar conta, e que agora está esse negócio na CCJ, esse projeto esquisito, que não se sabe porque vem agora, que quer se isentar. Alguns magnatas que estão gritando lá “O Paraná que Queremos”, mas para eles o Paraná deles é outro, o Paraná deles é isenção, perdão, para pagar a metade; daí o coitadinho que paga todo mês em dia, Sr. Presidente, esse tem que sofrer. Então, eu só agradeço. Espero que se publique esses dados. Nós não precisamos de novas leis, nós precisamos cumprir as que temos, por isso que eu vou entrar com a ADIN, já aviso, depois de amanhã e entro com a ADIN, tão logo o Sr. Orlando Pessuti, que não vai cumprir a lei, que vai descumprir a lei, o Pessuti, vai jogar para a galera também, o Pessuti vai fazer isso também, ele vai jogar para a galera e vai assinar o decreto.

Tão logo ele jogue para a galera e assine o decreto e eu vou provocar o Poder Judiciário para ver se eu estou certo ou estou errado. Se eu estiver errado, eu venho aqui, humildemente, e digo: “Estavam certos os senhores, o errado era eu e o Pastor Edson Praczyk.”

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Horário das Lideranças: PT, PSDB, PDT e PMDB.  
Pastor Edson Praczyk com a palavra.

### ***Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)***

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, telespectadores. Acompanhando uma emissora de rádio pela manhã ao sair de casa eu tive a minha atenção despertada por um comentário de uma colunista famosa, chamada Lucia Hipólito. Na sua participação a essa emissora discorreu sobre o que nós chamamos no mundo da internet de trotes na internet, de farsas da internet. Porque existe uma infinidade de e-mails, correntes, que propagam diversas mentiras, que uma vez repetidamente lidas, divulgadas, multiplicadas acabam por alguns, principalmente por aqueles desinformados acabam sendo encaradas como verdades absolutas. Poderia aqui elencar desde o comentário de que nas escolas de ensino fundamental regular dos Estados Unidos, se apreço um mapa do Brasil com a área amazônica completamente desvinculada do nosso território. Inclusive até houve políticos de renome no cenário nacional, que acreditaram que se tratasse de uma verdade e chegaram até a se pronunciar sobre o tema.

Mas, na explanação da D. Lucia Hipólito, ela respondeu o questionamento do âncora da programação sobre se na atualidade, Deputado Dobrandino, pode-se ou não realizar o chamado voto nulo. Porque no tempo da cédula imprensa e o voto manuscrito se tinha a prerrogativa de se votar nulo. Então, haviam pessoas que num espírito mais bem humorado votavam para personagens fictícios. No Rio de Janeiro elegeram inúmeras vezes o macaco Tião que era um animal do zoológico da Cidade do Rio de Janeiro. Aqui mesmo no Paraná, outras figuras receberam voto e, automaticamente, por essa prática o voto era contado como nulo.

Então, existem pessoas que carregavam ou carregam a dúvida se é permitido ou não, mediante a urna eletrônica, mediante a tecnologia, mediante o advento do século XXI em que a tecnologia está presente em tudo, se pode ou não votar nulo? Pode! Pode votar nulo embora não exista uma tecla propriamente para esse fim, a exemplo do voto em branco, existe na urna eletrônica a tecla

para votar-se em branco. Posso ir lá, clicar e votar em branco. Como se anula o voto? Posso anular o voto digitando números inexistentes, a urna vai fazer o questionamento se realmente isso que o eleitor quer confirmar e assim apertando a confirmação, tecla verde, ter-se-á votado nulo.

Por que trago este assunto à baila aos Srs. Deputados? Porque das muitas mentiras espalhadas pela internet existe o boato de que, se 50% da população mais um eleitor votar de forma nula, se anula a eleição. E isso não é verdade. Isso não existe, isso é boato, isso é ficção, isso é folclore. Isso é uma mentira propagada pela internet e que volta com toda força neste ano. Uma vez que estamos em ano eleitoral.

A colunista de uma forma brilhante, muito simples deixou bem claro depois da pesquisa que ela fez, obviamente, que o único órgão que tem a competência, a autonomia de anular uma eleição é o Tribunal de Justiça Eleitoral, apenas ele, e mediante à confirmação de fraude, irregularidades no que diz respeito ao processo eleitoral. O eleitor se positivamente ou negativamente ele não tem esse poder, ele não tem essa prerrogativa de invalidar uma eleição, de anular uma eleição.

Muito pelo contrário: é imprescindível a você eleitor, principalmente às vésperas que falta pouco mais de 30 dias, para o cidadão, exercer sua cidadania e eleja seus representantes, de que se o candidato obtiver 10% dos votos válidos. Porque é o único voto que, para efeito prático, a Justiça Eleitoral se utiliza para os cálculos - tanto os proporcionais, os Legislativos, quer seja no Congresso Nacional, quer seja nas Assembleias Legislativas; como para o voto majoritário - Presidência da República e Governadores. Apenas 10% dos votos válidos são suficientes para eleger o cidadão, o candidato. É claro que este, se isso ocorresse, ele teria até pela própria matemática uma legitimidade extremamente baixa, muito fraca, mas, ainda assim, de forma democrática e estaria apto a assumir seu cargo.

E o comentário que quero reaplicar é que concordo em gênero, número e grau com esta jornalista Lucia Hipólito que seria oportuno, por parte da Justiça, que fizessem campanhas assim como estão sendo feitas: da valorização do voto, do voto consciente, etc. Que se fizesse campanhas publicitárias esclarecendo justamente que essa prática, que estão tentando incentivar a sociedade a seguir, torna possível a anulação do pleito eleitoral.

Então, fica aqui a nossa participação, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, mais para efeito de utilidade pública e reforçar para que todo cidadão paranaense ou todos quantos estiverem acompanhando a TV SINAL pelas ondas amigas desta emissora, do quão precioso e valioso é o voto do cidadão e ele, obviamente, faz parte da belíssima democracia, que é o regime que defendemos com unhas e dentes e lutamos para ter.

É o nosso registro, muito obrigado.

## **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, Mensagem nº 078/10, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo, visando alcançar a capacitação e a autonomia tecnológica e o desenvolvimento econômico e social paranaense, nos termos dos artigos 200 a 205 da Constituição do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 152/10, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a construção e implantação de restaurante universitário no *campus* da UNIOESTE de Foz do Iguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 153/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a implantação do Programa de Eficiência Energética nas serrarias e indústrias madeireiras do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 154/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a doação de instrumentos e uniformes à Fanfarra Arthur Orlando Klass, do Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves, no Município de Palmeira. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 155/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a abertura de escritório do Instituto das Águas no Município de Ponta Grossa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 3286, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 30 de agosto, 01 e 02 de setembro do corrente ano, devido a problemas de saúde. **À Comissão Executiva.**

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **Redação Final**

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 032/10, proposta de emenda a Constituição, de autoria do Deputado Nelson Justus, que acresce parágrafo 1º e 2º ao artigo 26, da Constituição do Estado. (Mananciais). COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. **Aprovada. (Publ. no DA nº 079/10, de 14/07/10, em Projetos de Emenda Constitucional e em Avulso).**

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 702/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que demonina de Colégio Estadual Renascença Padre José Junior Vicente - Ensino Fundamental e Médio, situado no Município de Renascença. **Aprovada. (Publ. no DA nº 122/07, de 01/10/07, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 327/10, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Marmeleiro, com sede e foro no Município de Rebouças. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 327/10  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Marmeleiro, com sede e foro no Município de Rebouças.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24/08/10.  
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

### **3ª Discussão**

#### **ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 449/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que dispõe sobre a proibição da cobrança de consumação mínima em bares, dance-terias, restaurantes e casas noturnas no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDC E CIC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda. Aprovado o projeto.**

**ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 731/09, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que dispõe sobre o comércio de fogos de artifício e pirotécnicos de grande calibre (classe C e D) no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICT. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda. Aprovado o projeto.**

**ITEM 06**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/10, de autoria dos Deputados Ney Leprevost, Tadeu Veneri e Marcelo Rangel, que disciplina a publicação dos atos oficiais dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, assim como das empresas públicas, autarquias e das fundações públicas da Administração Indireta, que impliquem na realização de despesas públicas. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA CCJ NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
PROJETO DE LEI Nº 265/10

Art. 1º Todos os atos oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, das autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações públicas e entidades parastatais, que impliquem na realização de despesas públicas deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado, inclusive na versão eletrônica, ficando extintas quaisquer outras formas de publicação oficial, ressalvadas as publicações disciplinadas pelas leis federais em vigor.

§ 1º Todos os atos administrativos realizados e contratos firmados pelos entes discriminados no *caput* do artigo 1º, que importem em despesas públicas, inclusive a aquisição de bens móveis e imóveis, doações, cessões, operações financeiras de qualquer natureza, ingresso, exoneração e aposentadoria de membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e Tribunal de Contas, e a admissão, exoneração e aposentadoria de servidores e funcionários, inclusive os comissionados, contratação, demissão e aposentadoria de empregados públicos, contratação de prestadores de serviços e pagamento de diárias, deverão ser encaminhados ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado, para sua devida publicação.

§ 2º Serão considerados ineficazes, nos termos do artigo 61 da Lei Federal nº 8666/93, os atos e contratos quando não publicados no prazo de 30 dias após a realização, devendo eventuais valores despendidos serem ressarcidos aos cofres públicos.

Art. 2º Os entes descritos no *caput* do artigo 1º deverão, ainda, gerir e manter uma página na rede mundial de computadores (internet), sob a denominação de Portal da Transparência, que poderá ser acessado por qualquer pessoa, mediante atalho eletrônico (link), representado por imagem (banner), na página inicial do respectivo sítio (site), contendo a nomenclatura do portal.

§ 1º Deverão ser publicados integralmente nos Portais da Transparência, a partir da vigência desta lei todos os atos administrativos realizados e contratos firmados, bem como seus aditivos, que importem em realização de despesas públicas, nos termos do parágrafo 1º do artigo 1º desta lei.

§ 2º Deverão ser publicados ainda, todos os atos de ingresso, exoneração e aposentadoria de membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e Tribunal de Contas e a admissão, exoneração e aposentadoria, de servidores e funcionários, inclusive os comissionados, contratação, demissão e aposentadoria de empregados públicos e contratação de prestadores de serviços, com a discriminação do nome, subsídio, vencimento ou provento e lotação do mesmo, bem como os contratos firmados para prestação de serviços por terceirizados.

§ 3º Todos os atos realizados e contratos firmados deverão ser publicados com links de acesso aos editais que os antecederam, em especial os procedimentos licitatórios ou as justificativas para as contratações diretas.

§ 4º Todos os atos realizados e contratos firmados deverão ser publicados em até 30 (trinta) dias da respectiva assinatura, respeitando-se os prazos estabelecidos em leis federais em vigor.

§ 5º Deverão ser publicados todos os extratos das contas e operações financeiras realizadas, assim como as faturas dos cartões corporativos, no mês subsequente ao pagamento.

§ 6º Em se tratando de valores reembolsáveis despendidos pelos agentes estatais, deverão ser publicadas as notas fiscais e cópias de depósito, transferências ou cheques utilizados no reembolso, discriminados pelo nome, cargo e lotação de cada agente.

§ 7º O Portal da Transparência agrupará as informações, preferencialmente em ordem cronológica, divididas por mês e ano, a partir das seguintes categorias:

I - membros dos Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e Tribunal de Contas, servidores e funcionários, inclusive os comissionados, empregados públicos, e prestadores de serviços;

II - pagamento de diárias;

III - valores referentes às verbas de representação, verbas de gabinete e reembolsáveis de qualquer natureza;

IV - gastos com cartões corporativos;

V - operações financeiras de qualquer natureza;

VI - extrato da conta única de cada Poder ou entidade;

VII - licitações em andamento;

VIII - controle de estoque: listas de entradas e saídas de mercadorias;

IX - contratos referentes a obras, serviços, aluguéis e congêneres;

X - cessões, permutas e doações de bens;

XI - perdão de dívidas, moratórias, concessões de insenções, benefícios fiscais e subvenções;

XII - orçamento de cada Poder do Estado, do Ministério Público e do Tribunal de Contas;

XIII - publicação extemporânea.

§ 8º A critério dos responsáveis por cada um dos entes descritos no *caput* do artigo 1º, poderão ser criadas novas categorias e subcategorias que facilitem a pesquisa por parte dos interessados.

Art. 3º Nenhum ato ou contrato deixará de ser publicado no prazo estabelecido, exceto os que impliquem risco à Segurança Pública, casos em que serão publicados apenas os respectivos valores nominais.

Parágrafo Único. Os atos e contratos não publicados de acordo com o *caput* deste artigo deverão ser obrigatoriamente públicos na categoria “Publicação Extemporânea,” 12 (doze) meses após a publicação dos valores nominais.

Art. 4º A omissão na publicação dos atos e contratos deverá ser imediatamente comunicado ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público Estadual, para apuração das responsabilidades, inclusive no que diz respeito à configuração de atos definidos na Lei Federal de Improbidade Administrativa.

Art. 5º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, assim como as autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações públicas e as entidades parastatais, deverão se adequar ao disposto na presente lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação desta lei, ressalvados os prazos previstos na Lei Complementar nº 101/00.

Art. 6º Fica revogado o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 14603, de 29/12/04.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24/08/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

**Aprovadas as emendas.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu voto contrário ao projeto e às emendas.

Muito obrigado.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Sr. Presidente, também gostaria de registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o projeto, na forma do substitutivo geral, com voto contrário dos Deputados Jocelito Canto e Pastor Edson Praczyk.

## **2ª Discussão**

### **ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 067/10, que solicita a aprovação de abertura de crédito especial ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/10, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública a Associação Maripaense de Esportes, com sede no Município de Maripá e foro na Comarca de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## **1ª Discussão**

### **ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/10, de autoria dos Deputados Luiz Accorsi e Antonio Anibelli, que denomina Dr. Cláudio Murilo Xavier, o Hospital Regional do Noroeste em Paranavaí. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CS. **Aprovada. (Publ. no DA nº 020/10, de 16/03/10, em Projetos de Lei).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 114/10

P A R E C E R :

### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Luiz Accorsi e Antonio Anibelli, objetiva denominar de Dr. Cláudio Murilo Xavier, o Hospital Regional do Noroeste, em Paranavaí. Houve baixa em diligência para que a SESA trouxesse parecer técnico acerca da nova denominação do hospital.

### **Fundamentação**

O projeto em questão encontra sua legitimidade no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

*Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

(...)

*VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.*

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa pode iniciar leis ordinárias e complementares:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Porém, a Carta Magna Estadual estabelece, em seu artigo 238, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos:

*Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades de administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da Administração Pública Direta, Indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação desta Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva e bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso).*

Além disso, a Lei Estadual nº 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos nomes dos próprios públicos estaduais:

*Art. 1º Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso).*

Com a finalidade de que não haja óbice à análise do presente projeto de lei e para que não sejam feridos os dispositivos acima transcritos, houve requerimento de diligência do presente projeto à Secretaria de Estado da Saúde que retornou o requerimento com o Ofício nº 792/10/GS com a informação que inexistia denominação para o hospital objeto do presente no projeto de lei, permitindo assim, sua nomenclatura.

Quanto à técnica legislativa, inexistia vício de legalidade em relação aos requisitos da Lei Complementar nº 095/98.

#### **Conclusão**

Assim, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade do projeto de lei em exame, em conjunto com a informação trazida pela Secretaria de Estado da Saúde após requerimento em diligência, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10/08/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

## **COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 114/10**

### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 114/10, de autoria dos Deputados Luiz Accorsi e Antonio Anibelli, que dispõe sobre a denominação do Hospital Regional do Noroeste de Dr. Cláudio Murilo Xavier.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se a esta para parecer.

#### **Análise**

O Dr. Cláudio Murilo Xavier, personalidade da área médica paranaense, consagrou-se como expoente na Pediatria e Neonatologia;

Atuou em funções públicas, no Hospital Geral do Estado e Hospital Santa Brígida;

Como Secretário de Estado, implantou a regionalização da Saúde, facilitando o acesso da população, priorizou a prevenção de doenças e reduziu o índice de mortalidade materno-infantil;

Pessoa de ilibada conduta, que se dedicou com afinco ao bem-estar da população paranaense.

#### **Conclusão**

Diante do exposto na análise e pelos pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e da Secretaria de Estado da Saúde, esta Comissão de Saúde dá parecer favorável a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Comissões, em 12/08/10.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente  
TADEU VENERI - Relator

## **ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/10, objetiva modificar o artigo 5º da Lei Estadual nº 15200, de 10/07/06, que institui o Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovada. (Publ. no DA nº 031/10, de 05/04/10, em Mensagens).**

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 150/10**

### **P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

A presente proposta legislativa, ao pretender alterar a Lei Estadual nº 15200/06, que dispõe sobre o Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei, objetiva atender os interesses, tanto dos adolescentes, como dos orientadores, envolvidos na execução deste programa, no tocante à possibilidade de os jovens atuarem em outras áreas de conhecimento, e não somente na área administrativa, como disposto na lei. Ademais, consoante a justificativa apresentada, o nobre proponente ressalta que em consequência desta modificação, aumentará a possibilidade dos adolescentes, abrangidos, pelo desempenho do programa, em inserir-se no mercado de trabalho, uma vez que o nível de conhecimento será, evidentemente, elástico.

### Fundamentação

Em primeiro lugar, cumpre à Comissão de Constituição e Justiça, no exercício de suas atribuições regimentais, a análise acerca da constitucionalidade e legalidade do projeto legislativo, da legitimidade do autor e, por fim, da técnica legislativa por ele utilizada<sup>1</sup>.

O Programa Estadual de Aprendizagem, voltado aos adolescentes em conflito com a lei é dirigido ao atendimento de jovens entre 14 e 18 anos, submetidos a medidas socioeducativas ou que tenham sido beneficiados com remissão. Entre seus principais objetivos, pode-se salientar a tentativa de consolidar, juntamente com os adolescentes, novo projeto de vida; fomentar políticas públicas de integração dos serviços governamentais e não governamentais para sua promoção educativa; a criação de oportunidades de seu ingresso no mercado de trabalho, por meio do desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e atitudes, bem como através do incentivo ao senso de responsabilidade e consciência de seus direitos e deveres como cidadão<sup>2</sup>.

Assim, vislumbra-se que o presente projeto de área da Educação e, igualmente, à proteção da juventude, sendo, por conseguinte, resguardada aos Estados, em concorrência à União e ao Distrito Federal, a competência legislativa<sup>3</sup>.

Ainda, destaque-se que compete ao Chefe do Poder Executivo Estadual, entre outros, a iniciativa de leis ditas ordinárias, como é o caso em exame<sup>4</sup>.

É evidente que o Programa de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei se enquadra como um programa governamental, que deve ser instituído por aqueles que detém a prerrogativa de gerir o funcionamento da Administração Pública. Posto isto, em atenção às disposições constitucionais<sup>5</sup>, bem assim ao entendimento consolidado na jurisprudência pátria, vê-se que a competência legislativa é privativa do Governador do Estado do Paraná.

1. Art. 33, parágrafo 2º, do Regimento Interno. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica: § 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa (...).

2. Art. 2º e 4º da Lei Estadual nº 15200/06.

3. Art. 24 da Constituição Federal. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre: IX - educação, cultura, ensino e desporto; XV - proteção à infância e à juventude.

4. Art. 65 da Constituição Estadual. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado (...).

5. Art. 66. da Constituição Estadual. (...) são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Neste sentido, saliente-se a seguinte ementa:

*Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 6835/01 do Estado do Espírito Santo. Inclusão dos nomes de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes no SERASA, CADIN e SPC. Atribuições da Secretaria de Estado da Fazenda. Iniciativa da Mesa da Assembleia Legislativa. Inconstitucionalidade formal. A Lei nº 6835/01, de iniciativa da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, cria nova atribuição à Secretaria de Fazenda Estadual, órgão integrante do Poder Executivo daquele Estado. À luz do princípio da simetria, são de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Estadual as leis que versem sobre a organização administrativa do Estado, podendo a questão referente à organização e funcionamento da Administração Estadual, quando não importar aumento de despesa, ser regulamentada por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo (...). Inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa da lei ora atacada. (ADI 2.857. Rel. Min. Joaquim Barbosa, julgamento em 30/08/07, DJ de 30/11/07).*

Destarte, vislumbra-se que o projeto de lei está adequado aos moldes constitucionais e infraconstitucionais. Por derradeiro, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 095/98.

### Conclusão

Verificadas a constitucionalidade e legalidade da proposta legislativa, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09/08/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 150/10

### P A R E C E R :

O projeto de lei objetiva modificar o artigo 5º da Lei Estadual nº 15200/06, que institui o Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei.

Vale destacar que a matéria, ao ser submetida à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, recebeu parecer favorável quanto à sua legalidade.

Igualmente, estudamos a matéria e concluímos que a mesma terá grande alcance social, possibilitando a inclusão dos jovens no mercado de trabalho e, por não causar nenhum impacto financeiro, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23/08/10.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/10, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que institui no calendário oficial do Estado do Paraná a Festa do Leão Maturo, que é realizada anualmente no mês de maio no Município de Itapejara do Oeste. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICT. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 043/10, de 04/05/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 204/10

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, institui no calendário oficial do Estado do Paraná a Festa do Leitão Maturado, e dá outras providências.

Analisando a proposição do nobre Deputado, verificou-se que o projeto não encontra óbices no âmbito constitucional, visto que a Constituição Estadual diz:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Quanto à técnica legislativa, não foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98, quanto a cláusula de revogabilidade.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto, com emenda supressiva anexa.

Sala das Comissões, em 17/08/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUPRESSIVA  
PROJETO DE LEI Nº 204/10

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 17/08/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO E TURISMO  
PROJETO DE LEI Nº 204/10

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi tem por objetivo instituir no calendário oficial do Estado do Paraná a Festa do Leitão Maturado, que é realizada anualmente no mês de maior no Município de Itapejara do Oeste, Estado do Paraná.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente projeto de lei para a análise.

É louvável a proposição do autor, uma vez que o evento consolidou-se como um dos principais eventos do Sudoeste do Paraná, além de reunir uma grande parcela da população. Esta matéria se torna importante, pois possibilitará que outras regiões possam também conhecer e participar deste evento.

Chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos não haver óbice à normal tramitação do presente projeto de lei e assim somos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23/08/10.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 054/10, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Paraná - PMPR, conforme especifica e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 071/10, de 29/06/10, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 305/10

**P A R E C E R :**

**Relatório**

O presente projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 054/10, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta dispor sobre a organização básica da Polícia Militar do Paraná - PMPR, conforme especifica e adota outras providências.

**Da Fundamentação do Parecer**

Quanto aos aspectos sobre os quais esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Tal assertiva vem embasada no inciso III do artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná que diz:

*Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

*I - (...)*

*II - (...)*

*III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;*

Quanto a técnica legislativa, estão obedecidos os preceitos contidos na Lei Complementar nº 095/98.

**Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei na forma da emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 17/08/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator



EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 305  
DISPONDO SOBRE A LEI DE  
ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO  
ESTADO DO PARANÁ

Art. 1º Modifica o inciso IV do artigo 2º do Projeto de Lei nº 305/10, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 2º...

...

IV - realizar serviços de busca, salvamento, prevenção e combate a incêndio;”

Art. 2º Altera o inciso IX do artigo 9º do Projeto de Lei nº 305/10, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 9º...

...

IX - Assessorias Militares;”

Art. 3º Altera o parágrafo 1º do artigo 11 do Projeto de Lei nº 305/10, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 11...

§ 1º O Subcomandante-Geral será indicado pelo Comandante-Geral e nomeado pelo Governador do Estado, dentre os Coronéis Combatentes da ativa da Corporação.”

Art. 4º Modifica os parágrafos 1º e 5º do artigo 12 do Projeto de Lei nº 305/10, suprime o parágrafo 2º e renumera os demais no mesmo dispositivo legal, com a seguinte redação:

“Art. 12...

§ 1º O Chefe do Estado-Maior será indicado pelo Comandante-Geral e nomeado pelo Governador do Estado, dentre os Coronéis Combatentes da ativa da Corporação.

§ 2º O Chefe do Estado-Maior terá precedência hierárquica e funcional sobre os demais Oficiais, exceto o Comandante-Geral e o Subcomandante-Geral.

§ 3º O Estado-Maior, para realizar o planejamento estratégico da Corporação e demais atribuições, será composto pelas seguintes seções:

I - 1ª Seção (PM/1): responsável pelos assuntos relativos a pessoal e legislação;

II - 2ª Seção (PM/2): responsável pelas atividades de inteligência na Corporação;

III - 3ª Seção (PM/3): responsável pelos assuntos relativos à operações, ensino e instrução, bem como pelos estudos, doutrina e pesquisas relativas à preservação da ordem pública, Polícia ostensiva e padronização de procedimentos operacionais da Polícia Militar;

IV - 4ª Seção (PM/4): responsável pelos assuntos relativos à logística da Corporação;

V - 5ª Seção (PM/5): responsável pelas atividades de comunicação social, relacionamento com a mídia e pelo cerimonial da Polícia Militar;

VI - 6ª Seção (PM/6): assuntos relativos ao planejamento administrativo de orçamentação.

§ 4º A competência das Seções do Estado-Maior será definida por ato do Chefe do Poder Executivo.”

Art. 5º Altera o parágrafo 1º do artigo 13 do Projeto de Lei nº 305/10, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 13...

§ 1º O Corregedor-Geral será indicado pelo Comandante-Geral e nomeado pelo Governador do Estado, dentre os Coronéis Combatentes da ativa da Corporação.”

Art. 6º Altera o *caput* e incisos I e II do artigo 15 do Projeto de Lei nº 305/10, que passará a ter a seguinte redação, e suprime os incisos III e IV do mesmo dispositivo legal:

“Art. 15. As funções de diretores dos órgãos de direção setorial da PMPR, de que trata o artigo 14, desta lei, são exclusivas do posto de Coronel da ativa da Corporação, observadas as seguintes disposições:

I - as funções de Diretores da Diretoria de Pessoal, da Diretoria de Ensino e Pesquisa, da Diretoria de Apoio Logístico e da Diretoria de Finanças são exclusivas de Coronéis Combatentes;

II - a função de Diretor da Diretoria de Saúde será exercida preferencialmente por um Coronel do Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar.”

Art. 7º Altera o *caput* do artigo 22 do Projeto de Lei nº 305/10, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 22. O gabinete do Comandante-Geral será chefiado por um Oficial Superior Combatente da ativa da Corporação, de livre escolha do Comandante-Geral, competindo-lhe:”

Art. 8º Altera o artigo 26 do Projeto de Lei nº 305/10, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 26. Poderão ser organizadas, por ato do Chefe do Poder Executivo e mediante proposta do Comandante-Geral, Assessorias Militares em outros órgãos do Executivo ou de outros Poderes.”

Art. 9º Altera o parágrafo único do artigo 42 do Projeto de Lei nº 305/10, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 42...

Parágrafo Único. Os órgãos mencionados neste artigo têm as mesmas atribuições previstas para os órgãos correspondentes da Corporação, indicadas nos artigos 6º, 7º e 8º desta lei, respectivamente, no que for aplicável ao Corpo de Bombeiros.”

Art. 10. Altera o artigo 43 do Projeto de Lei nº 305/10, e seus incisos e parágrafos, que passarão a ter a seguinte redação:

“Art. 43. Os órgãos de direção do Corpo de Bombeiros compõem o Comando do Corpo de Bombeiros, que compreende:

I - Comandante;  
 II - Estado-Maior;  
 III - Ajudância;  
 IV - Divisão de Administração e Finanças;  
 V - Centro de Operações de Bombeiros (COBOM);

VI - Coordenadoria Estadual do SIATE (Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência);

VII - Assessoria Jurídica.

§ 1º O Comandante do Corpo de Bombeiros será um Coronel da ativa do Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares.

§ 2º Excepcionalmente, a critério do Comandante-Geral, o Comandante do Corpo de Bombeiros poderá ser um Coronel da ativa do Quadro de Oficiais Policiais-Militares.

§ 3º O Estado-Maior do Corpo de Bombeiros é assim organizado:

- a) Chefe do Estado-Maior;
- b) 1ª Seção (BM/1): assuntos relativos ao pessoal e legislação;
- c) 2ª Seção (BM/2): assuntos relativos à atividades de inteligência;
- d) 3ª Seção (BM/3): assuntos relativos a operações, ensino e instrução;
- e) 4ª Seção (BM/4): assuntos relativos à logística;
- f) 5ª Seção (BM/5): assuntos relativos a comunicação social;
- g) 6ª Seção (BM/6): assuntos relativos ao planejamento administrativo e orçamentação;
- h) 7ª Seção (BM/7): assuntos de segurança contra incêndios e de explosões e suas consequências;
- i) 8ª Seção (BM/8): assuntos de Defesa Civil.

§ 4º O Chefe do Estado Maior, com atribuições de Subcomandante, é o substituto eventual do Comandante do Corpo de Bombeiros nos impedimentos deste.

§ 5º A Ajudância é encarregada de trabalhos relativos à correspondência, correio, protocolo, boletim e arquivo, bem como do apoio de pessoal auxiliar necessário nos trabalhos burocráticos do comando, nos serviços gerais e na segurança do Quartel Central do Corpo de Bombeiros.

§ 6º A Divisão de Administração e Finanças incumbem-se no trato dos assuntos ligados à administração do material e das finanças do Corpo de Bombeiros.

§ 7º Ao Centro de Operações de Bombeiros, como órgão central de integração operacional, compete a direção, controle e coordenação:

- a) do emprego de pessoal e material, no cumprimento das missões de bombeiros, bem como das unidades que estiverem em reforço ou em apoio ao Corpo de Bombeiros;
- b) das atividades de comunicações do Corpo de Bombeiros.

§ 8º A Coordenadoria Estadual do SIATE incumbem-se da direção, controle, coordenação e planejamento dos recursos do Corpo de Bombeiros empregados no Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergências.

§ 9º A Assessoria Jurídica é o órgão que presta assessoramento direto ao Comando do Corpo de Bombeiros, competindo-lhe o estudo de questões de direito compreendidas na política de administração geral do Corpo de Bombeiros, exames de aspectos de legalidade dos atos e normas que lhe forem submetidos à apreciação e demais atribuições que venham a ser previstas em regulamentos.”

Art. 11. Altera o *caput* e o parágrafo único do artigo 46 do Projeto de Lei nº 305/10, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 46. O Centro de Ensino e Instrução é o órgão incumbido da formação, da instrução de manutenção e atualização da tropa, bem como do atendimento da formação pessoal civil para atuação na área preventiva contra incêndios.

Parágrafo Único. O ensino de formação e aperfeiçoamento de Oficiais e Praças bombeiros-militares será ministrado pela Academia Policial Militar do Guatupê, pela Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças e pelo Centro de Ensino e Instrução, que manterão os respectivos cursos, bem como por outras organizações militares, policiais militares e, mediante convênio, por organizações civis, consoante a conveniência da Corporação.”

Art. 12. Altera o inciso I do artigo 47 do Projeto de Lei nº 305/10, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 47...

I - Grupamento de Bombeiros e Subgrupamento de Bombeiros Independente (GB e SGBI): incumbidos da missão de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento e ações de defesa civil, são subordinados ao Comando do Corpo de Bombeiros;”

Art. 13. Ficam suprimidos os parágrafos 1º e 2º do Projeto de Lei nº 305/10.

Art. 14. Acresce o parágrafo único ao artigo 50 do Projeto de Lei nº 305/10, deverá ser acrescentado do parágrafo único e incisos I a III, com a seguinte redação:

“Art. 50...

Parágrafo Único. O Corpo de Bombeiros tem competência para:

- I - emitir pareceres técnicos sobre incêndios e suas consequências;
- II - supervisionar o disposto na legislação quanto às medidas de segurança contra incêndios, inclusive instalação de equipamentos;
- III - orientar tecnicamente a elaboração da legislação sobre prevenção contra incêndios;”

Art. 15. Modifica as alíneas do inciso I do artigo 54 do Projeto de Lei nº 305/10, que passarão a ter a seguinte redação:

“Art. 54...

I -...

a) Oficiais Combatentes, constituindo os seguintes quadros:

1 - Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM);

2 - Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares (QOBM);

b) Oficiais não Combatentes, constituindo-se os seguintes quadros;

1 - Quadro de Oficiais de Saúde (QOS) compreendendo: Oficiais Médicos; Oficiais Dentistas; Oficiais Veterinários; e Oficiais Bioquímicos.

2 - Quadro de Oficiais Músicos (QOM);

3 - Quadro de Oficiais de Administração (QOA);

4 - Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM);

5 - Quadro de Capelães Oficiais Policiais-Militares (QCPM);

c) Praças Especiais de Polícia Militar compreendendo:

1 - Aspirante-a-Oficial PM, e BM;

2 - Alunos-Oficiais PM e BM.

d) Praças compreendendo:

1 - Praças Policiais-Militares (Praças PM);

2 - Praças Bombeiros-Militares (Praças BM);”

Art. 16. Modifica o artigo 57 do Projeto de Lei nº 305/10, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 57. Respeitado o efetivo fixado em lei, cabe ao Comandante-Geral aprovar os Quadros de Organização (QO), elaborados pela 1ª Seção do Estado-Maior da Corporação, com observância da legislação específica.”

Art. 17. Modifica o inciso VI, acresce o inciso XII do *caput* do artigo 60 do Projeto de Lei nº 305/10, altera o inciso II e acresce os incisos VII e VIII do parágrafo único do mesmo dispositivo legal, que passarão a ter a seguinte redação:

“Art. 60...

...

VI - Comandante de Comandos Regionais;

...

XII - Chefe do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros.

Parágrafo único...

...

II - Assessor Militar junto a órgãos do Executivo ou outros Poderes;

...

VII - Chefe do Estado-Maior dos Comandos Regionais;

VIII - Secretário Executivo do Conselho Estadual de Segurança Contra Incêndio.”

Art. 18. Modifica o artigo 61 do Projeto de Lei nº 305/10, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 61. As funções de Comandante de Comandos Regionais são exclusivas do posto de Coronel Combatente da ativa da Corporação.”

Art. 19. Modifica o artigo 64 do Projeto de Lei nº 305/10, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 64. A criação e as circunscrições territoriais dos Comandos Regionais serão definidas por decreto.”

Art. 20. Modifica o *caput* do artigo 65 do Projeto de Lei nº 305/10, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 65. A organização da Casa Militar da Governadoria do Estado e das Assessorias Militares será regulada por decreto, observada a legislação específica.”

Sala das Comissões, em 17/08/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de emendas ao Projeto de Lei nº 305/10 tem por escopo a promoção de ajustes de redação e a flexibilização de dispositivos legais, tendo por fundamento maior a existência de dois quadros combatentes no seio da Polícia Militar: o Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM) e o Quadro de Oficiais Bombeiros Militares (QOBM). Destarte, poderíamos dizer que há a espécie Policial Militar, que se subdivide em dois gêneros: PM e BM.

Da forma com que os dispositivos foram inicialmente concebidos, pode haver uma interpretação restritiva para o exercício de algumas funções, no sentido de que os Oficiais Combatentes do Corpo de Bombeiros, que possuem formação administrativa, do Estado Maior e de Comando idêntica aos Oficiais Combatentes Policiais Militares, não poderiam exercer funções administrativas e de comando no nível estratégico da Corporação.

Com a proposta de ajustes de redação, procedendo-se a um tratamento mais abrangente e flexível, o Chefe do Poder Executivo e o próprio Comando Geral da Corporação, poderão indicar para as diversas funções gerenciais da Polícia Militar, Oficiais combatentes de ambos os quadros, podendo adequar com maior primazia, a pessoa certa no lugar certo.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 305/10

P A R E C E R :

#### **Apresentação**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 054/10, dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Paraná PMPR, conforme específica e adota outras providências.

### Fundamentação

Esta comissão chamada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 9º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Contudo, deve-se ressaltar que o projeto a ser observado atende aos interesses públicos, principalmente, no que tange a questão de adequar a legislação básica da PMPR às suas reais necessidades, sempre na busca de melhor atender à sua função constitucional, tendo por motivador maior a reestruturação da Polícia Militar do Paraná, possibilitando à Corporação oferecer um serviço mais eficiente à comunidade paranaense.

Faz-se premente destacar que a implementação do presente projeto não gerará impacto financeiro ao erário.

### Conclusão

Pelo que acima exposto, opinamos favoravelmente ao projeto de lei, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30/08/10.

(aa) WILSON QUINTEIRO - Presidente

ADEMIR BIER - Relator

### Em discussão. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Estamos votando a favor da constitucionalidade desse projeto. Sabemos que essa lei que regulamenta a organização básica está realmente defasada. Ela é de 1976. Faz mais de 30 anos. Então, é necessário fazer algumas alterações. Mas ainda vamos estudar com a nossa assessoria para tirar algumas dúvidas que existem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão. Em votação o Projeto nº 305/10.

**Aprovado.**

### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 053/10, que fixa efetivo da Polícia Militar do Paraná, alterando a composição do FUMPM, FASPM e alterando, também, a lei de Promoção de Oficiais da PMPR, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 076/10, de 07/07/10, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 314/10

P A R E C E R :

### Relatório

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 053/10, para este Legislativo, a fim de ser

apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta fixar efetivo da Polícia Militar do Paraná - PMPR, alterado a composição do FUMPM, FASPM e alterando, também, a Lei de Promoção de Oficiais da PMPR, conforme especifica.

### Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Tal assertiva vem embasada no inciso III do artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná que diz:

*Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

*I - (...)*

*II - (...)*

*III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar.*

Quanto a técnica legislativa, estão obedecidos os preceitos contidos na Lei Complementar nº 095/98.

### Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 09/08/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 314/10

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 314/10, em análise, de autoria do Poder Executivo, objetiva fixar o efetivo da Polícia Militar do Paraná, altera a composição do Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM, do Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares - FASPM, e a Lei de Promoção de Oficiais da PMPR, conforme especifica.

A Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis emitiu parecer favorável à proposição.

Esta comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, avalia tratar-se de proposição que tem por finalidade aumentar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná em 4 mil 867 militares; incluir como membros do Conselho Diretor do Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM, o Subcomandante Geral, Diretor de Finanças e um representante da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral; e substituir no Conselho Diretor do Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares - FASPM, o Chefe do Estado Maior pelo Subcomandante Geral na função de Vice-Presidente nato, bem como atualiza a organização da Polícia Militar do Estado.

Com respeito à incorporação do número de policiais mencionados, estes serão incluídos conforme disponibilidade orçamentária e financeira e permitir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 23/08/10.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

#### **Em discussão. Em votação.**

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Para Encaminhar**)

Presidente, esse projeto é constitucional. Mas uma coisa nos chama a atenção e acredito que chama a atenção da sociedade do Paraná. Temos hoje a lei estadual que cria número de policiais militares. O número que existe hoje é de 21 mil 880, entre Oficiais e Praças. Segundo informações que colhemos, e o Deputado Douglas Fabrício que entrou com um pedido de informações, existe algo em torno de 16 mil homens, um pouco mais ou menos, mais 17 mil, segundo o Deputado Luiz Claudio Romanelli. Então, existe uma defasagem de mais de 5 mil homens na Polícia Militar. Abriu-se um concurso para 1 mil e 100 pessoas. Ora, no momento em que esses policiais vão para a rua, com toda certeza, no mínimo, 500 já estarão aposentados, vão para a reserva. Continuamos ainda com uma defasagem de 5 mil homens, de acordo com a lei antiga.

Agora, no final do Governo, o Governador manda uma mensagem para a Assembleia Legislativa, criando e fixando o número de Soldados para a Polícia Militar em 26 mil 747 homens. São 4 mil 867 pessoas a mais. Sabemos que a sociedade do Paraná precisa desses policiais, porque é necessário. O Governo manda no final do seu mandato fixar o número desses homens em 26 mil, quando ele, durante oito anos, não fez e não se preocupou em preencher as vagas da Polícia Militar.

Somos favoráveis. É claro que não seremos contra. Mas é estranho aquilo que o Governo está fazendo, faltando quatro meses para o término do seu mandato. Durante oito anos não fizeram concurso. Há uma defasagem na Polícia Militar e a Segurança está um caos no Estado do Paraná. No final do mandato fazem isso.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Ontem, Deputado Elio Rusch, tive a oportunidade de fazer V. Exa. conversar com o Coronel Rodrigo, sobre a necessidade da pressa. Eu tive a liberdade, como Presidente, de incluir esses dois projetos, que já tinham obtido parecer favorável na Comissão de Justiça.

Eu conversava com o Coronel Pirolo, que está aqui ao lado na galeria, enquanto V. Exa. falava, ele me explicava que existe o previsto, que talvez sejam esses 20 e

tantos mil homens e o existente. Ontem, dois policiais foram mortos em uma ação, no Município de Honório Serpa. Existem as aposentadorias, as reformas, as suspensões. Uma coisa que combate é que qualquer processinho ou denúncia já afasta o policial, mais de 700 ou 600 policiais estão nessa situação. Fizemos concurso, sim. Foram chamados mais de 1 mil homens, agora 2 mil, no ano passado ou retrasado. O ideal seria ter 30 mil policiais. Assim mesmo teríamos crimes.

Hoje, está havendo um sequestro em um banco, em São Pedro do Paraná, no Noroeste, onde estão sendo deslocadas viaturas de toda a região. Existem reféns, ladrões de banco dentro da agência. Estão aqui no Litoral caçando os ladrões que mataram o nosso delegado de Pontal do Paraná.

Então, são ações que o Governo tem de desapropriação de terras, que V. Exas. sempre defendem. Tem a Polícia de Sequestro, de Ação, de Combate, de Penitenciária. Estamos fazendo nossa parte.

Se V. Exas. ganharem o Governo - eu não estarei aqui, talvez o meu filho esteja - estejam aqui para cobrar 50 mil homens, para colocar um policial na casa de cada paranaense. V. Exas. querem fazer o transporte de doentes de helicópteros. Vamos comprar mais 10 helicópteros. Vamos fazer o que é a nossa missão. Não sei se V. Exa. vai se reeleger. Vamos fazer enquanto temos mais cinco meses de mandato.

Nós, aqui, que defendemos a segurança da população, precisamos dar o voto de confiança à nossa Polícia. Vamos fazer tudo o que é possível e aquilo que podemos fazer para que eles possam desempenhar nas suas famílias, ter a segurança do pai, do marido, que vai para o combate ou para a ação e não sabe se volta. Como no Rio de Janeiro, se a mulher estender a farda de um policial no fundo do quintal para lavar, poderá a família ser dizimada. Aqui, no Paraná vivemos com tranquilidade, graças ao Governador Requião, ao Pessuti, à nossa história do Paraná, que é um Estado calmo e tranquilo. Temos problemas e os ladrões estão vindo de fora. A nossa Polícia precisa do respeito da nossa Casa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, reforçando os argumentos aqui expedidos pelo 1º Vice-Presidente desta Casa, Deputado Anibelli, ontem, inclusive, tivemos a concordância, chamamos o Deputado Elio Rusch como Líder da Oposição para conversar com o Comandante Geral da Polícia Militar, o Coronel Rodrigo, e assim o fizemos, e comunicamos a ele que a decisão do Presidente Anibelli era de incluir na Ordem do Dia os Projetos de Lei nºs 305 e 314, um que cria a Lei Orgânica da Polícia Militar e o outro que aumenta o efetivo e reestrutura a gestão dos fundos especialmente ligados à área da Saúde da Polícia Militar.

São projetos que modernizam a estrutura de gestão da Polícia Militar do Paraná, são extremamente importantes do ponto de vista da gestão dessa Polícia, e quem foi o Governador do Paraná terá, indiscutivelmente, uma Polícia já preparada, inclusive para aumentar ainda mais a sua eficiência, porque eficiente já é a Polícia.

Agora, essa questão do efetivo, Sr. Presidente, temos que deixar clara uma coisa aqui: aprovamos no mês de março uma lei que justamente faz com que o policial militar possa receber melhor salário - neste mês de agosto estamos pagando a terceira fase desse aumento, falta apenas a quarta fase. Unificamos o que era soldo e gratificações num chamado soldão. Hoje temos um dos melhores sistemas de pagamento dos policiais militares, avançamos muito.

E digo mais, criamos um incentivo ao mérito. O policial, hoje, de primeira classe, tem o direito de, com 15 anos de serviço, fazer o curso de Cabo, depois ser promovido também a Sargento. Quando chegar aos 30 anos de serviço o quinquênio, que aumenta 5% a cada cinco anos o seu salário, fará com que dos 30 aos 35 anos de serviço, Deputado Elio Rusch, teremos um reajuste anual de 5% no salário para o policial militar que permanecer em serviço com 35 anos de ativa. Tudo isto cria uma grande diferença. Vamos diminuir a aposentadoria dessa lei que votamos no mês de março último.

Esta lei agora é para poder modernizar justamente a gestão da Polícia, o aumento do efetivo. E o aumento do efetivo deve se dar na exata medida da necessidade, mas com a consciência que o orçamento do Estado é finito. Cada policial que nós aumentamos, diminuímos o salário dos que estão na ativa e dos inativos. Temos um orçamento que não é elástico. Ele tem o regime de caixa que funciona no Poder Executivo. Ainda é assim que funciona no mundo real do Governo.

Então, o Governo tem dinheiro para pagar bom salário se tiver um efetivo necessário, mas dentro do razoável. Não adianta fazer discurso, ficar gritando que vai contratar mais 10 mil policiais, porque não vai. Não tem dinheiro para pagar. Temos que manter o efetivo que temos e ir aumentando de acordo com o desempenho da nossa receita. Aumentou a receita, aumenta o efetivo e aumenta o salário dos policiais militares, porque temos que ter professores, pessoal da área da Saúde. Não adianta, o orçamento do Estado é um só! Não tem dois orçamentos! Então, este é o mundo real.

E agradeço, Deputado Elio Rusch, pelo seu apoio, o Chefe do Estado Maior da Polícia Militar está aqui na Assembleia e poderá lhe prestar todas as informações, porque essas leis são importantes e queremos vê-las aprovadas, porque são leis que melhoram a condição do desempenho do comando da gestão da Polícia Militar do Paraná.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Para Encaminhar**)

Veja só, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos votando o Projeto nº 314, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná. Aumenta para 26 mil homens. Hoje são 21 mil homens na lei e está aumentando para 26.

Só que é uma coisa importante, para quem está assistindo em casa, na lei estamos aprovando mais 5 mil homens aqui, só que hoje já existe uma defasagem de 5 mil homens aqui no Paraná, porque a lei dizia que tinha que ter 21 mil 880 pessoas e só tem 17 mil trabalhando. Então, o próprio Governador que estava e que saiu, ficou oito anos no discurso, no barulho, não corrigiu esta distorção. Eu, Deputado Douglas Fabrício, entrei na Justiça contra o Secretário, contra o Governo para ter os números da Segurança Pública aqui no Paraná. Demorou nove meses e a Justiça obrigou a dar o relatório, por isso estou falando estes números, porque tenho um por um, veio no relatório pela Justiça.

Temos que reconhecer que algumas coisas boas foram feitas, só que nós da Oposição sempre estivemos muito firmes aqui, e se a Polícia conseguiu ganhar um pouquinho mais de salário, pouquinho coisa foi, é porque a Oposição cobrou firme a melhora do salário dos policiais, de todos, inclusive dos Soldados, e essa nossa luta continua, independente de quem venha a ser o Governador.

Queremos que a Segurança do Paraná melhore, este é o nosso objetivo, e um detalhe: se fala aqui que recurso é finito, é verdade, acontece que tem que colocar prioridade! Qual o setor a população mais reclama? Segurança Pública. Tem que investir mais em Segurança Pública! Não é colocar um policial em cada casa, não é isso, o que está sendo pedido é que o policial esteja presente nas Cidades pequenas do Paraná, nos bairros das grandes Cidades do Paraná. Para isso é só mandar um projeto de lei para cá dizendo que o setor de Segurança do Paraná vai aumentar o orçamento porque tem gastos excessivos em outros setores que não têm tanta importância como a Segurança Pública.

É bom esclarecer à população: esse projeto é só o papel, depois não vou admitir que o Governo saia por aí dizendo que deixou o Governo do Estado com 26 mil homens na Polícia. Não é verdade! Só deixou a lei aprovada, porque os homens não foram contratados! Mesmo assim vamos aprovar o projeto, porque queremos que a Polícia aumente o efetivo, aumente o salário e aumente a Segurança Pública aqui no Paraná!

Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Presidente, queremos deixar claro, segundo as colocações dos Deputados Anibelli e Romanelli, nada contra a Polícia Militar; pelo contrário, sempre apoiamos a Polícia Militar. O que condenamos é neste momento mandar essa mensagem. Essa foi a nossa posição em relação a este projeto: aumento da Polícia Militar no seu

efetivo, uma vez que existe uma defasagem de 5 mil homens. Sobre a organização da Polícia Militar, ontem dei meu parecer favorável, embora não saiba exatamente a sua eficácia. Amanhã vamos discutir isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)  
Em votação. **Aprovado.**

### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3291, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3283, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3288, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3289 e 3290, de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3292, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3295, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3296, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3297, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3300, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Retirado pelo autor

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 01, às dez horas, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 145, 208, 292/10 e do Projeto de Resolução nº 020/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 114, 150, 204, 305 e 314/10.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/10.

Levanta-se a Sessão.

## **Publicações:**

### **Presidência**

#### **Ato**

ATO DO PRESIDENTE Nº 009/10

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**D E C L A R A :**

Constituída a Frente Parlamentar de Apoio à Economia Solidária, composta pelos Deputados Elton Welter, Ademir Bier, Luiz Claudio Romanelli, Beti Pavin, Francisco Bühner, Edson Strapasson, Rosane Ferreira, Reni Pereira, Augustinho Zucchi, Antonio Belinati, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello e Rafael Greca, com a finalidade de ampliar o debate e a articulação sobre os empreendimentos solidários.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 31/08/10.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

REQUERIMENTO Nº 2796

Senhor Presidente:

Em atendimento ao artigo 133 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa, a criação da Frente Parlamentar de Apoio a Economia Solidária.

A Frente Parlamentar de Apoio a Economia Solidária, terá por finalidade ampliar o debate e a articulação sobre os empreendimentos solidários.

Sala das Sessões, em 02/08/10.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

Nossa geração está vivendo um período histórico que ficará marcado por uma das maiores crises do sistema capitalista. Ficarão na história também o momento atual em questão das tomadas de decisões. Desta crise pode surgir um capitalismo renovado, ainda mais explorador e excludente, como observa o filósofo húngaro István Mészáros, ou ainda poderá ser a maior oportunidade para repensarmos ações de mudanças considerando agora a sustentabilidade no que se refere à produção, distribuição e consumo da sociedade.

No Brasil já temos avanços para contribuir com essa nova perspectiva, com esse novo modo de fazer economia. Em 2003, o Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e por meio desta, o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.

A Economia Solidária é uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Este movimento que gera uma nova forma de produção, consumo e distribuição de riqueza, possui uma finalidade multidimensional, ou seja, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Ela compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais cujo processo produtivo é organizado pelos trabalhadores que são gestores da produção e das relações de trabalho e participam das decisões.

É desafio para a Economia Solidária gerir abastecimento, comercialização, trabalhar com moeda social, promover rodadas de negócio, realizar feiras em todo o Estado, fazer campanha de consumo consciente, comércio justo e solidário, constituir redes, cadeias produtivas, finanças solidárias, entre outras e o Paraná já tem destaques com mais de 800 empreendimentos solidários que envolvem aproximadamente 50 mil trabalhadores.

É importante que esta Casa de Leis venha contribuir com o Movimento da Economia Solidária no sentido de valorizar os trabalhos cooperativos que focalizam principalmente o desenvolvimento de uma comunidade com destaque para o bem-estar das pessoas.

Diante da realidade percebida, tanto no Estado do Paraná como também nos diversos Estados brasileiros, a Economia Solidária não tem volta e é fundamental que a Assembleia Legislativa do Paraná esteja participando ativamente deste movimento.

**Membros da Frente Parlamentar de Apoio à Economia Solidária:** Elton Welter, Ademir Bier, Luiz Claudio Romanelli, Beti Pavin, Francisco Bühner, Edson Strapasson, Rosane Ferreira, Reni Pereira, Augustinho Zucchi, Antonio Belinati, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello e Rafael Greca.

## ***Diretoria Geral***

### ***Portaria DAT***

PORTARIA Nº 635/10 - DAT

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 269 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 16369 de 29/12/09.

#### **R E S O L V E :**

ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 16369 de 29/12/09 nas rubricas abaixo:

#### **REDUÇÃO DE DESPESA:**

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 4300	2000	100	740.000,00
Total			740.000,00

#### **ACRÉSCIMO DE DESPESA:**

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 3909	2000	100	630.700,00
3390 3928	2000	100	11.600,00
3390 3942	2000	100	70.000,00
3390 3945	2000	100	27.700,00
Total			740.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 30/08/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

Visto:

Alexandre Curi - 1º Secretário

## ***Atas de Comissões***

### ***Defesa do Consumidor***

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira e com a presença dos Srs. Deputados: Antonio Belinati, Elio Rusch e Francisco Bühner. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 089/10, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 160/10, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Willian Bellani, secretário desta comissão.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

Willian Bellani - Secretário

